

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

www.alesc.sc.gov.br/diario-da-asmbleia

ANO LXIX

FLORIANÓPOLIS, 7 DE AGOSTO DE 2020

NÚMERO 7.678

MESA

Julio Garcia
PRESIDENTE

Mauro de Nadal
1º VICE-PRESIDENTE

Rodrigo Minotto
2º VICE-PRESIDENTE

Laércio Schuster
1º SECRETÁRIO

Pe. Pedro Baldissera
2º SECRETÁRIO

Altair Silva
3º SECRETÁRIO

Nilso Berlanda
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Paulinha

Vice-Líder: Coronel Mocellin

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

MOVIMENTO

DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Luiz Fernando Vampiro

PARTIDO SOCIAL LIBERAL

Líder: Sargento Lima

PARTIDO LIBERAL

Líder: Ivan Naatz

BLOCO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder: Milton Hobus

Vice-Líder: Marcos Vieira

Lideranças dos Partidos

que compõem o Bloco:

PSD

PDT

Kennedy Nunes

Paulinha

PSDB

PSC

Marcos Vieira

Jair Miotto

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Fabiano da Luz

PARTIDO NOVO

Líder: Bruno Souza

BLOCO PARLAMENTAR

Líder: Nazareno Martins

Vice-Líder: José Milton Scheffer

Lideranças dos Partidos

que compõem o Bloco:

PP

PSB

João Amin

Nazareno Martins

REPUBLICANOS

Sergio Motta

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente
Ivan Naatz - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Paulinha
Fabiano da Luz
Luiz Fernando Vampiro
João Amin
Ana Campagnolo
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Volnei Weber - Presidente
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Ismael dos Santos
Luciane Carminatti
Jerry Comper
Ivan Naatz
Nazareno Martins
Ana Campagnolo

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Luciane Carminatti
Jerry Comper
Romildo Titon
Ricardo Alba

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Felipe Estevão - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Dr. Vicente Caropreso
Neodi Saretta
Volnei Weber
Luiz Fernando Vampiro
Nazareno Martins

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Paulinha - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Fabiano da Luz
Moacir Sopelsa
Volnei Weber
João Amin
Nazareno Martins
Sargento Lima
Marcius Machado

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Dr. Vicente Caropreso - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Luciane Carminatti
Valdir Cobalchini
Fernando Krelling
Jessé Lopes

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Fernando Krelling - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Jair Miotto
Ada De Luca
Ivan Naatz
Felipe Estevão

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Milton Hobus
Fernando Krelling
Jerry Comper
Bruno Souza
José Milton Scheffer
Sargento Lima
Marcius Machado

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

José Milton Scheffer - Presidente
Moacir Sopelsa - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Marcos Vieira
Neodi Saretta
Volnei Weber
Coronel Mocellin

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Jair Miotto - Presidente
Luiz Fernando Vampiro - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Luciane Carminatti
Ada De Luca
Bruno Souza
Felipe Estevão

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Ivan Naatz - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Dr. Vicente Caropreso
Jair Miotto
Luiz Fernando Vampiro
Romildo Titon
Marcius Machado

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Ada De Luca - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Milton Hobus
Moacir Sopelsa
Bruno Souza
Jessé Lopes

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO IDOSO

Ricardo Alba - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Dr. Vicente Caropreso
Luiz Fernando Vampiro
Romildo Titon
Sergio Motta

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Milton Hobus - Presidente
Coronel Mocellin - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Fabiano da Luz
Jerry Comper
Volnei Weber
Nazareno Martins

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Milton Hobus
Fabiano da Luz
Valdir Cobalchini
Ada De Luca
Bruno Souza

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Luciane Carminatti - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Paulinha
Fernando Krelling
Nazareno Martins
Ana Campagnolo

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Marcus Machado - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Jair Miotto
Neodi Saretta
Moacir Sopelsa
Romildo Titon
Bruno Souza

COMISSÃO DE SAÚDE

Neodi Saretta - Presidente
Dr. Vicente Caropreso
Ismael dos Santos
Valdir Cobalchini
Ada De Luca
José Milton Scheffer
Coronel Mocellin

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Sergio Motta - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Jair Miotto
Paulinha
Romildo Titon
Jessé Lopes

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Fernando Krelling - Vice-Presidente
Jair Miotto
Luciane Carminatti
Ada De Luca
Sergio Motta
Sargento Lima

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

Jerry Comper - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Neodi Saretta
Moacir Sopelsa
João Amin
Ricardo Alba

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela editoração, diagramação e por tornar público os atos da Assembleia Legislativa.</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão.</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXIX NESTA EDIÇÃO: 20 PÁGINAS</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Publicações Diversas CPI..... 2 Proposta de Emenda à Constituição 20</p>
---	---	---

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

CPI

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES
ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 011-DL, DE 2020,
PARA INVESTIGAR POSSÍVEL PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS
RELACIONADA À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 754/2020 REALIZADA
PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SES), QUE RESULTOU NA
CONTRATAÇÃO DA EMPRESA VEIGAMED MATERIAL MÉDICO E
HOSPITALAR EIRELI, TENDO POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE 200
RESPIRADORES PULMONARES AO CUSTO TOTAL DE R\$ 33 MILHÕES,
REALIZADA NO DIA 19 DE MAIO DE 2020, ÀS 17H, NO AUDITÓRIO
DEPUTADA ANTONIETA DE BARROS, DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhoras e senhores, boa tarde. Boa tarde a todos aqueles que nos acompanham pela TVAL, pela Rádio Digital Alesc, também àqueles que acompanham os seus Deputados pelas suas respectivas redes sociais e a todos aqui presentes.

Havendo quórum regimental, declaro abertos os trabalhos da 3ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pelo Ato da Presidência nº 11/2020.

Inicialmente eu gostaria de comunicar todos os Deputados aqui presentes que devido a problemas técnicos da taquigrafia, não vamos colocar em discussão e votação a ata da reunião anterior. Posteriormente, ela nos será apresentada.

Senhores Deputados, recebemos da senhora Márcia Regina Geremias Pauli solicitação para que quando for chamada para depor, sejam intimados também seus advogados. Por isso, já peço à assessoria que faça a juntada da procuração aos autos.

Recebemos também o ofício da Delegacia-Geral da Polícia Civil informando que está de acordo com a concessão temporária do Delegado Márcio Fortkamp.

Também comunico que foi recebido o ofício da senhora Iná Adriano de Barros, solicitando o adiamento da oitava marcada para a tarde de hoje por problemas de saúde, por ser considerada do grupo de risco em relação ao coronavírus. Ela apresentou a documentação a qual eu peço que seja juntada aos autos para posterior análise do senhor Relator.

Foram incluídos ainda na pauta quatro requerimentos relacionados à convocação de testemunhas e, conforme acordado previamente, gostaria de propor a votação em bloco seguindo o cronograma discutido à reunião de preparação. Eu gostaria de consultar os Deputados se existe a necessidade de votar algum deles de forma destacada.

(O Deputado Estadual Fabiano da Luz gesticula negativamente com a cabeça.)

Então, eu vou partir para a leitura: para o dia 21/05, Carlos Roberto Costa Júnior, assessor jurídico da Secretaria de Estado da Saúde; Wagner Tadeu Martins Queiroz, engenheiro eletricitista da Secretaria de Estado da Saúde; Carlos Charlie Campos Maia, diretor de Licitações e Contratos da Secretaria de Estado da Saúde.

Comunico, também, que fui informado pela assessoria que o Relator não deseja mais ouvir o senhor José Florêncio da Rocha e gostaria de perguntar ao Deputado Ivan Naatz se ele deseja incluir outra testemunha no lugar dessa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Boa tarde, senhores Deputados.

Só para esclarecer, dia 21 de maio, senhor Presidente, eu tenho um requerimento de ouvida do senhor Luiz Felipe Ferreira, Controlador-Geral; do senhor Carlos Roberto da Costa Júnior, assessor jurídico da Secretaria de Estado da Saúde; do senhor Wagner Tadeu Martins Queiroz, engenheiro eletricitista da Secretaria de Estado da Saúde; e do senhor Carlos Charlies Campos Maia, diretor de Licitações e Contratos da Secretaria de Estado da Saúde.

Esse é o requerimento que apresento a vossa excelência [com os nomes] a serem ouvidos na próxima quinta-feira, todos servidores da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, Deputado, mas, ainda constava o José Florêncio da Rocha.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É... o...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Eu perguntei se o senhor deseja incluir alguma testemunha no lugar dele?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, não. Neste momento, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Só o Luiz?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Isso, para o lugar dele vai o Luiz Felipe Ferreira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Para o dia 26/05, Márcia Regina Geremias Pauli, ex-superintendente da Superintendência de Gestão Administrativa da Secretaria de Estado da Saúde; Helton de Souza Severino, ex-Secretário de Estado da Saúde; e Douglas Borba, ex-Secretário da Casa Civil.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Com relação a essas testemunhas, eu solicito a vossa excelência que a CPI tome todos os devidos cuidados para que elas sejam colocadas em salas separadas, a fim de que uma não ouça o testemunho da outra, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O pedido do senhor será acatado, Deputado.

Dia 28/05, se houver necessidade... porque ainda tem a possibilidade de não haver uma contrapartida ou uma indisposição entre os depoimentos, daí eu acredito que não seja necessária uma acareação. Se o depoimento de todos eles disser a mesma coisa, seria ilógico pedir uma acareação. Então, havendo uma discordância entre os depoimentos daqueles arrolados para o dia 26/05, aí, para o dia 28/05 haverá acareação entre a senhora Márcia Regina Geremias Pauli, o senhor Helton de Souza Zeferino e o senhor Douglas Borba.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – De acordo, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Ainda, em data a ser definida, o doutor Antônio Barreto, servidor do Hospital Nereu Ramos; o senhor Paulo Eli, Secretário de Estado da Fazenda; e um médico indicado pela Associação Catarinense de Pneumologia e Tisiologia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Senhor Presidente, há requerimentos do Deputado Cobalchini, por exemplo, para ouvir Luiz Felipe Ferreira o qual já foi atendido. Também há outros nomes que foram apresentados pelo Deputado Cobalchini que estão sendo atendidos de acordo com a pauta produzida aqui. Então, informo ao Deputado Cobalchini que a lista dele está sendo atendida de acordo com a nossa possibilidade de pauta e com o tema que a gente pretende debater. Mas solicito a vossa excelência, se tiver que dispensar algum deles de acordo como as coisas vão acontecendo, que comunique a nossa relatoria.

E também comunico os senhores Deputados que o processo da Deic que era produzido sob sigilo, caiu o sigilo, só que a gente não conseguiu ainda decodificar todos os depoimentos. O primeiro depoimento que a gente conseguiu decodificar foi o primeiro depoimento do Helton Zeferino à Delegacia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Ivan Naatz, só pra... O Deputado Cobalchini está de acordo com os requerimentos ali?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – ã... eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, a palavra é do senhor. Depois a gente entra no segundo assunto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Eu até conversei ontem com o Deputado Ivan...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Certo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – ...e o requerimento que apresentei já no primeiro dia, logo depois da instalação, sugere uma série de nomes. E esses nomes, alguns deles, estão sendo chamados, mas não em função do meu requerimento, em

função do requerimento de um outro Parlamentar. Não tenho nenhum tipo de ego aqui, mas eu quero ser justo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Certo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Se dois Deputados fazem requerimentos semelhantes, que se dê crédito aos dois Deputados, e não como eu ouvi ontem que na semana que vem nós teremos, digamos uma reunião, em que os principais atores envolvendo o governo do Estado serão aqui chamados através do requerimento de um Deputado. Parabéns a ele, mas eu quero sugerir aqui que os Deputados que fizeram os requerimentos do mesmo nome, digamos em duplicidade, envolvendo dois ou três Deputados, que se faça referência a todos os Deputados, e não apenas a um Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Eu acredito que seja de fácil solução isso aí, Deputado, basta que se consigne o nome de todos eles.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É, como eu disse, como tem quatro ou cinco, a gente está acatando as listas e fazendo a comunicação à presidência, porque quem convoca de verdade é a presidência da Casa. Mas nós estamos atendendo todos os requerimentos de vossa excelência na medida do possível, Deputado Cobalchini.

Bom, como eu vinha falando, nós temos dois inqueritos, um mandado de prisão preventiva e o inquerito que faz a Deic. Esses dois inqueritos, o inquerito policial e o pedido de prisão preventiva, estavam no Tribunal de Justiça. Como os Secretários perderam os postos, eles foram remetidos para o primeiro grau. Então, eles saíram do segundo grau e foram para o primeiro grau. Quando houve a decisão de remessa do segundo grau para o primeiro grau pela perda do foro, quebrou-se o sigilo de todos os depoimentos. Acontece que todos os depoimentos fornecidos, tanto na fase de investigatória quanto na pré-judicial, foram feitos em vídeos e esses vídeos são muito pesados, e a gente não consegue transformá-los em imagens direto para o computador. É muito lento, muito difícil. Nós estamos fazendo todas essas transcrições para que todos os Deputados tenham acesso a esses vídeos. O primeiro depoimento do Helton à Delegacia já está disponível. Quanto aos demais, nós estamos entrando em contato com o gabinete do Juiz de primeiro grau que está analisando o processo. Ele recebeu o processo, mas não recebeu os CDs que ficaram aqui no Tribunal e estão sendo remetidos para o primeiro grau. Lá, no primeiro grau, que vamos ter uma cópia para poder colocar no computador, compactar e liberar para vossas excelências. Então, todos terão esses depoimentos nos autos da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Esses depoimentos já vão chegar transcritos?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É, na verdade, eles vão chegar por imagem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Por imagem. Todos os depoimentos chegarão por imagem, porque foram todos gravados por imagens e acho desnecessário a gente transcrevê-los. Esses, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Finalizando, então, vou colocar em votação e em discussão aqui os requerimentos que foram anteriormente lidos.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aprovados.

Eu quero comunicar os senhores Deputados que o senhor João Gilberto da Rocha já se encontra “linkado” e pronto ali paro o depoimento dele. Então, tendo em vista que será de forma remota, é, é de forma prioritária colocá-lo em primeiro lugar.

Eu peço à assessoria que...

Senhor João Gilberto da Rocha?

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – João Gilberto Rocha, não tem o da.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Boa tarde, senhor.

O senhor sabe por que está sendo convidado e chamado para essa reunião?

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor assume o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade, no âmbito interno desta Comissão sob pena de incorrer em crime de falso testemunho?

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Lembrando que na condição de testemunho comprometido o senhor tem o direito de permanecer calado, tá, porém, é necessário que o senhor expresse, até porque o silêncio não é indicativo de resposta. Aí o senhor responde: prefiro permanecer calado.

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Para que as nossas taquígrafas possam registrar, é necessário que o senhor fale o nome completo do senhor, sua profissão, idade e seu endereço completo.

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – O.k.

O meu nome é João Gilberto Rocha Gonçalves, eu sou, de formação, biomédico, tenho 56 anos e moro na Avenida Três de Março, é 840, M2.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor tem advogado... [Transcrição: Grazielle da Silva]

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Em Sorocaba, São Paulo. Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor?

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Em Sorocaba, São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sorocaba, São Paulo.

O senhor tem advogado, o senhor está acompanhado de advogado?

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Sim, está aqui comigo.

(Aponta para o advogado que está ao lado.)

O SR. BRUNO CORREA RIBEIRO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Eu gostaria de pedir para o senhor, doutor, que o senhor falasse o seu nome completo e o número da sua OAB.

O SR. BRUNO CORREA RIBEIRO – Perfeito. Bruno Correa Ribeiro, OAB/SP 236.258.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado.

Com a palavra o Deputado Ivan Naatz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Boa noite, senhor João Gilberto.

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Boa noite.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu informo que o senhor está depondo como testemunha nesse processo, portanto, tem a obrigação de dizer a verdade. E informo também que esta CPI não investiga o contrato... aquele problema que o senhor acompanhou muito bem do contrato dos cem leitos de UTI que eram para ser construídos, acabou o governo desistindo, processos judiciais... Nós não estamos investigando esses processos, nós estamos, na verdade, investigando o mecanismo que se operou sobre esse processo, que a gente entende que foi o mesmo que se operou sobre os demais processos e, em especial, naquele que estamos investigando aqui, que é a compra dos respiradores. O senhor compreendeu?

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor poderia falar rapidamente o que é o Instituto Nacional de Ciências da Saúde?

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – O Instituto Nacional é uma instituição de direito privado é... que realiza é... que tem em um de seus objetos a gestão, é... uma de suas finalidades não objeto, é, a gestão em equipamentos de saúde. Equipamentos de

saúde - entenda-se - hospitais, UPAs, enfim, qualquer tipo de equipamento de saúde, dentre as... a gama de atividades que o instituto tem na área da saúde, tudo na área da saúde. É assim, sintetizando bastante.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor é o presidente desse instituto?

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom, eu tenho aqui nas minhas mãos documentos que o senhor apresentou para participar da licitação dos cem leitos de UTI, certo?

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu também tenho aqui nas minhas mãos, um mandado de segurança, um primeiro mandado de segurança que o Instituto Nacional ajuizou contra aquele processo licitatório.

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Esse primeiro mandado de segurança foi arquivado no Tribunal de Justiça. Depois, eu tenho um segundo mandado de segurança para o qual foi concedida uma liminar que não se efetivou porque o governo desistiu daquela licitação. É isso?

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – É, até onde eu sei, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

O senhor esteve aqui em Santa Catarina quando apresentou a proposta para construir os seus hospitais de campanha?

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Sim, um pouco antes eu tive para ver o lugar de Santa Catarina, contatar com agentes, é, é... e eu fui aí pra ver o lugar e fui embora; fui no mesmo dia e fui embora no mesmo dia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor esteve na Secretaria da...

(O senhor Relator dirige-se aos componentes da mesa e pergunta: "Como se chama a Secretaria... Diretoria, Defesa Civil?")

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Não, na Secretaria não estive.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Na Defesa Civil?

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quem esteve na Defesa Civil representando o instituto?

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Ninguém, que eu saiba, ninguém.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, o senhor não teve contato direto com ninguém da Secretaria?

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Não, contato, com ninguém.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ninguém.

Quem procurou... como é que o senhor teve notícia da licitação?

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Foi... na verdade, não sou eu quem tem notícia. A gente tem um radar que fica captando esse tipo de situação, né, de... de... de editais que se fica captando. Não sou eu que vê, é um departamento dentro do instituto que tem... que fica captando no País... no País, não, onde interessa pra gente esse tipo de situação, né, onde tem disputa e, aí, a gente vai disputar. É isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor preparou documentação ou o senhor mandou que alguém preparasse?

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Não pedia, não pedia documentação. O edital ele pedia simplesmente uma proposta, mais nada; quem ganhasse iria apresentar a documentação. O edital não pedia documentação nenhuma, era simplesmente uma proposta financeira. Ponto final.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor sabe como que o Estado de Santa Catarina chegou até o senhor? O senhor disse por esse radar, mas não sabe como, quem?

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – A gente é muito... a gente é muito conhecido no Sul. A gente desenvolve hoje já, é... é... gestões, gestão em outros, em outros lugares aí do Sul, é... Curitiba, Pinhais, Gravataí... em alguns lugares a gente já... já atuou. E, aí, isso é fácil: entra na Internet e contata, né? Foi assim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

Senhor João Gilberto, o senhor participou da licitação, o senhor apresentou o menor preço...

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ... eu vejo aqui que o senhor preencheu os requisitos, pelo menos aqueles básicos... básicos, básicos mesmo, né, porque só vejo uma documentação e um relatório aqui e mais nada.

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Não se pedia nada no... no... no edital; se pedia apenas um valor pra... pra tocar aquilo. Não se pedia nada, porque, pelo que eu entendi desse edital, era uma situação de emergência, era uma situação de emergência, de... amparada pela situação de calamidade que tá todo o País e se pedia apenas é... preço pra tocar esses cem leitos. Apenas isso. E quem ganhasse no preço, iria apresentar, daí, as documentações comprobatórias das outras áreas. É isso aí. Só pedia isso no edital, mais nada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tá. E daí o senhor apresentou esse preço, o que pedia, o senhor apresentou o menor preço.

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Sim, com um erro formal...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim.

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – ... um erro formal.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor foi desclassificado.

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Não, não fui desclassificado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Pois é, mas aqui tem um documento que o senhor teve que entrar com mandado de segurança pra poder ser colocado.

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Mas eu não fui desclassificado. O meu preço ficou em segundo lugar, o meu preço ficou em segundo lugar, por R\$ 0,01 centavo, se não me engano... eu não me lembro direito, mas por R\$ 0,01 centavo.

(O advogado Bruno Correa Ribeiro confirmou: "Por R\$ 0,01 centavo.")

O meu preço foi em segundo lugar por R\$ 0,01 centavo. Eu não tô com o processo aqui. Então, vamos supor, o primeiro colocado R\$ 100,00, o meu R\$ 100,01 – tô dando um exemplo. Por R\$ 0,01 centavo a gente ficou de diferença, R\$ 0,01 ou R\$ 0,02 centavos. Aí, como eu não... eu sabia que a gente não tinha mandado o preço máximo, eu falei: Não, mas a gente não pode ter ficado em segundo lugar por R\$ 0,01 ou R\$ 0,02 centavos, porque o meu preço tá R\$ 2,4 milhões abaixo do preço máximo! Aí, eu falei: Não, a conta tá errada aqui. Aí, a gente foi olhar lá e tinha um erro formal na planilha, porque foi muito correndo que foi feito as coisas. Porque tipo assim: saiu o edital e já tinha que apresentar o preço logo em seguida. Assim... não tivemos tempo, foi um prazo muito curto pra apresentar e era até as 14h, eu não me lembro, 15h... era até às 15h. Então, a gente passou a madrugada trabalhando, a equipe, pra poder fazer a conta, porque é uma coisa extremamente complexa, ainda mais na situação que tá atravessando o País. Passamos fazendo a conta e... e... não só conta, estudos, etc., o que deu pra fazer, e apresentamos. Por exemplo, tinha um teto, um teto, eu não me lembro de cor, mas, por exemplo, vamos falar um número: R\$10 milhões. E a gente apresentou R\$ 9 milhões, dando um exemplo, eu não lembro...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu tenho aqui o número, eu tenho aqui o número: R\$ 9,429 milhões. É a tabela do senhor, do senhor.

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – É. Não, mas é que tem um erro formal na...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, eu compreendo, sim. Na verdade, na verdade o que eu leio aqui, só quero que o senhor confirme. Eu li que o senhor apresentou uma proposta R\$ 2,5 milhões mais barata...

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) –... mas na hora de somar os valores, o senhor colocou...

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Vai dar os R\$ 2,5 milhões mais barato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Isso, vai dar os R\$ 2,5 milhões mais barato, mas na hora de inserir o valor que o senhor queria...

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Aí, pôs o preço máximo na hora de inserir o valor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Isso, exatamente.

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Mas, na hora que se soma ela, a hora que se soma dá... Então, é porque, assim, eu vou explicar pra você, porque aconteceu isso: eles mandaram uma planilha de Excel no edital que embaixo tinha o preço máximo, mas ela não estava formulada no Excel. Como embaixo era só o preço máximo, o pessoal copiou aquela planilha, fez as fórmulas no Excel, somou, mas esqueceu de... de... a última célula. Aí, então, na hora que copiou a planilha pra poder trabalhar com ela, veio esse número que estava digitado na... na... tava, como é que fala? Já tava na planilha, sem fórmula. E ela... ela formulou tudo e embaixo tava sem a fórmula. Eu lembro porque quem assinou a liberação fui eu. E, na hora, a gente sabia que a gente estava dando um preço de R\$ 2 milhões... por volta de R\$ 2,5 milhões a menos do que... do que era o teto pra trabalhar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – E a gente mandou, eu não sabia se ia ganhar ou não.

Aí, o que aconteceu? Quando veio o resultado, eu estranhei, porque eles colocaram o preço máximo menos R\$ 0,02 centavos numa, em primeiro lugar, o nosso, em segundo lugar, como preço máximo, e, em terceiro lugar, uma empresa que mandou um valor acima do preço máximo. Aí, eu falei: Não, mas a gente não é o preço máximo, a gente é R\$ 2,5 milhões abaixo do preço máximo. Aí, quando eu fui ver, a gente... eles tinham considerado essa célula embaixo e não tinham considerado erro formal. Aí, eu liguei e falei: Escuta, o nosso preço não é esse, o nosso preço é menos do que... o nosso preço é... é dois milhões quatrocentos e tanto abaixo disso. Tá errado aí, é um erro formal. Vocês podem considerar? Aí, me atenderam e falaram: "É isso mesmo." Aí, a gente entrou com um mandado de segurança e o mandado de segurança reconheceu que havia um erro formal e reconheceu que o nosso preço era um valor abaixo do preço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Senhor João.

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Foi isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Senhor João, a gente tem tudo isso documentado.

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Sim, foi isso que aconteceu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O que o senhor está falando, está documentado aqui. Então, isso que o senhor está falando é incontroverso.

Eu quero saber o seguinte: o senhor ligou pra... ligou, certo?

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Eu não sei pra quem eu liguei, liguei no setor, tentando falar e não me atendiam!

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não atendiam o senhor?

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Não, não me atendeu. Aí, eu comecei mandar e-mail, mandei dois ou três e-mails...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tá. Eu tenho...

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – ...e nem me responderam.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu também tenho os *e-mails* do senhor aqui.

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – E não responderam... responderam um *e-mail* falando assim: “Não, não, é isso mes...” Como quem diz... eu não lembro a resposta do *e-mail*, é tanta coisa: “Ó, é isso mesmo, vocês perderam.”

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tá.

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – É isso mesmo... Não, mas a gente não perdeu, a gente tá com R\$ 2,5 milhões a menos! Eu falei: Não, tá errado! Aí, que a gente entrou com o mandado de segurança e... e a Justiça reconheceu que era um erro formal e que era pra considerar a nossa proposta como vencedora.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Certo.

Depois o senhor entrou com o... depois eles desclassificaram o senhor, não foi?

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Não, aí o que aconteceu? Eles pegaram e... acharam um segundo motivo pra descla... aí, não mais... porque veja bem, quando fala, quando o senhor fala, em desclassificação de proposta, a nossa proposta ela não foi desclassificada, ela foi classificada em segundo lugar. Então,... só que ela deveria ter sido classificada em primeiro lugar, se eles tivessem levado em consideração o erro formal que a Justiça mandou eles considerarem. Ponto. Eles não consideraram e acharam um segundo elemento para, então, desclassificar a proposta. Então, o que aconteceu? Na segunda ati... no segundo ato, vamos dizer, num segundo ato, eles vão lá e desclassificam. Aí que eu fiquei mais aborrecido. Ainda falei: Pera um pouquinho. Então, porque não desclassificaram já na primeira, na primeira vez? Já nem considerassem a nossa planilha, a nossa... o nosso preço como o segundo colocado, já desclassificassem? Aí, eu entrei com um segundo... e... e a alegação da desclassificação era que nós não tínhamos cumprido o edital, que a gente não tinha apresentado é... estudos técnicos pra outros... não lembro direito o que... mas não pedia no edital! O edital só pedia pura e simplesmente o preço. Aí, a gente entrou com um segundo mandado de segurança pra reconhecerem que aquele edital só estava pedindo isso e no segundo mandado de segurança foi concedido a liminar que era só aquilo mesmo. Ora, aí, depois disso, eles cancelaram. E, a partir disso, eu não sei mais nada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Senhor João, é assim ó: o motivo que eles desclassificaram o senhor... o motivo que eles usaram para desclassificar a sua empresa...

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Segunda vez, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Isso, pela segunda vez... não foi usado para desclassificar a empresa que eles homologaram como vencedora.

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – (Ininteligível.)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Eles exigiram do senhor um documento que não exigiram da outra empresa.

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Não, exatamente, mas eles não podiam exigir porque não estava no edital!

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

O senhor disse que... [Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Revisão: taquígrafa Sibelli D'Agostini]

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Inclusive o Tribunal de Contas fala que o edital tá cheio de problema porque justamente não pede esses documentos todos, mas isso não é problema nosso. O problema nosso é acatar o edital, oferecer o que o edital pede e aguardar a, a, a resposta. Se o... aí, aí, eles... eu acho que eles cancelaram, não sei, em função da...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O senhor disse que não esteve aqui, né? Não circulou por aqui. Os seus advogados circularam?...

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ - Não, por Florianópolis, não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Os seus advogados?...

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ - ...eu fui no lugar, no lugar lá antes em, antes, em Itajaí, mas não consegui encontrar e fui embora, porque eu fico em Curitiba.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, e os seus advogados?

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ - Eu fico... Eu fico em Curitiba.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Essa transação foi toda por *e-mail*? Não foi presencial nenhuma...

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ - Tudo por *e-mail*. Tudo por *e-mail*.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Nenhuma empresa?

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ - Não, tudo por *e-mail*.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tá.

O senhor é um homem de licitações, o senhor disse que é...

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ - Na verdade não são licitações, Deputado, é... é... são... processos de seleção. Eu não participo de licitações.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Foi a primeira licitação que o senhor participou?

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ - É que isso, na verdade, pra mim não é uma licitação, é... é uma disputa pra gerir uma coisa, que na verdade é, é, é outro tipo. Eu não participo de licitação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Só que isso foi chamado de licitação. Então vamos seguir.

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ - É, é, chamado inadequadamente. Tudo bem.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, para eu concluir. Já compreendi. O senhor não esteve aqui, não circulou aqui, os seus advogados não andaram aqui, então o senhor não teve contato com ninguém, não viu... não viu nada. Mas o senhor é um homem de prestação desse tipo de serviço.

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ - Sim, de gestão disso aí.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor poderia contribuir com a CPI...

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Hum...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...e dizer o que o senhor acha que aconteceu nesse processo, observando que a segunda, que a empresa foi vencedora, homologada com documento que não tinha, quando o senhor apresentou, eles desclassificaram o senhor, mas o documento... eles não apresentaram o documento que pediram para o senhor.

(O senhor João Gilberto Rocha Gonçalves acena que não com a cabeça.)

O senhor apresentou o menor preço, dois milhões e meio, foi desclassificado, o contrato foi assinado rapidamente. O senhor é um homem...

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Eu não posso... (Ininteligível.)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...desse tipo de negócio, o senhor poderia ajudar a CPI dizendo mais ou menos o que o senhor acredita que aconteceu?

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ - Eu não posso. Eu não sei o que que aconteceu. O que aconteceu eu não sei, por que... Eu sei o que eu fiz. O que eu fiz foi o quê? Apresentar o menor preço, é... ter sido colocado em segundo lugar quando deveria ter sido colocado em primeiro, entrado com mandado de segurança, ter sido acatado e depois ter sido desclassificado por um outro motivo.

O que aconteceu internamente, eu, sinceramente, não sei. Não posso... é, é, não tenho nem elemento pra falar, não tenho nem elemento, porque as empresas que estão aí, são todas empresas... que foram participar, são todas empresas aí que estão no mercado em vários outros lugares.

Então eu não sei realmente o que aconteceu. Não dá pra, pra dizer. E mesmo porque, na minha visão, na situação que nós... na minha visão é... é... é... eu não tô vendo o valor que estão

oferecendo como um valor astronômico diante do que tá acontecendo no País, porque eu tô vendo o que tá acontecendo em outros lugares. É, é, não se acha material pra comprar, etc. Então eu não tô vendo... Não tenho nada pra falar a respeito disso, nada, nada, nada. Eu tenho pra falar a respeito do que aconteceu de a gente ter ganho e não... e não ter, e não ter levado. Só isso. É só.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom, muito obrigado, senhor João Gilberto, o senhor ajudou bastante. Muito obrigado pela sua participação, voluntariedade, né, de ajudar a CPI.

Desejo boa noite para o senhor, boa sorte e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Antes de passar a palavra ao Deputado Milton Hobus, que primeiro se inscreveu, eu gostaria de perguntar ao Deputado Sopelsa, e dar as boas-vindas ao Deputado Felipe Estevão, se ambos têm algum questionamento a ser feito?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Estou acompanhando, senhor Presidente, e alguma...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Pode falar, Felipe.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Estou aqui acompanhando, hoje eu estou um pouco enfermo, mas mesmo *on-line* estou aqui acompanhando os depoimentos, né, e assim que eu puder contribuir de alguma maneira estarei me manifestando, pedindo a palavra ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O.k. Melhoras, Deputado Felipe Estevão.

Deputado Sopelsa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Senhor Presidente, senhor Relator, senhores Deputados, eu só perguntaria ao senhor João Gilberto, né...

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Gilberto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – ...se ele teve alguma participação na compra dos respiradores em Santa Catarina? Eu quero mais uma vez dizer que a CPI é para investigar questões que envolvam a compra dos respiradores em Santa Catarina.

Eu perguntaria ao senhor: o senhor teve alguma participação na venda desses respiradores, duzentos respiradores para Santa Catarina?

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ - Eu nem sabia que Santa Catarina tava comprando respiradores. Eu nem sabia. Não tinha a mínima ciência disso, que Santa Catarina tava... mesmo porque nesse próprio edital, se você olhar, eles pedem que quem ganhasse colocasse cem respiradores, colocasse os respiradores, cem respiradores, eles pedem isso. É, é, e que depois esses respiradores iriam ficar pro Estado pra ele alocar com outros... quando acabasse a pandemia.

Eu nem tinha ciência nenhuma que Santa Catarina tava comprando respiradores, nenhuma ciência. Nada, nada, nada. A única coisa que eu participei foi... é... é... de tentar disputar, disputar uma, uma, uma coisa que a gente sabe fazer que é tocar, é... é... hospital. Só isso, mais nada, mesmo porque a nossa instituição ela não comercializa nenhum tipo de produto. Zero, nada, nada, nada. A gente só faz gestão de processo, mais nada.

Tenho... nem... noção nem ciência de nada disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Ficou claro para esta Comissão, senhor João.

Deputado Sopelsa, mais alguma pergunta?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Não, estou satisfeito. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Obrigado, Deputado. Obrigado pela compreensão

Deputado Milton Hobus, com a palavra vossa excelência.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Boa noite, senhor Presidente, senhores Deputados, cumprimentar o seu João Gilberto e agradecer pela sua presteza.

Eu queria só fazer duas perguntas, senhor João Gilberto. Uma, no seu depoimento fica um pouco de dúvida pra nós. Aqui nós temos na documentação que o Estado enviou solicitação às entidades, no caso como a vossa empresa, no dia 8 de abril pela

manhã, e que as propostas teriam que ser apresentadas até o dia 15 do dia seguinte...

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – (*Ininteligível*.)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – ...e o senhor disse que o senhor teve... que o senhor teve em Santa Catarina, teve em Itajaí pra ver o que seria, o que aconteceria. Então, de acordo com o que está aqui nos documentos, não daria tempo pra tudo isso. O senhor teve informações anteriores, quem lhe passou essas informações?

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – A única informação que eu tive é que ia ter um hospital em Santa Catarina e eles, eles gostariam de empresas que pudessem apresentar é... propostas pra disputar isso aí. Mesmo porque, Deputado... Mesmo porque...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - O senhor não, o senhor não recebeu nenhum *e-mail*?

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Não, antes não, nenhum *e-mail*, mesmo porque, Deputado, é... acredite, eu sou um homem desse meio, é, as empresas estão completamente abarrotadas, não tem... se o senhor procurar hoje, tá muito difícil inclusive encontrar empresas pra poder tocar esse serviço, por questão de mão de obra, material, tá sendo uma luta.

Então, os gestores de uma maneira geral tão tentando caçar empresa do Brasil inteiro. Tô falando isso não Santa Catarina, do Brasil inteiro, porque a gente recebe ligação de, do, do Brasil inteiro: pelo amor de Deus, a gente precisa de alguém aqui pra tocar. E a gente não tem perna pra ir, não tem condições.

Agora, em Santa Catarina a gente tem perna porque nós tamo em Curitiba, tamo do lado aí.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O.k.

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Então, é só isso. É, é, é, contatos de: olha vai sair. E eu vi isso... não fui eu que vi, o nosso departamento viu isso no *site* o dia que saiu, mas foi assim, tipo de um dia pro outro. De um dia pro outro vimos no *site* e já baixamos e começamos a trabalhar em cima da proposta. Nada... nada...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - A outra, outra...

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – ...nada traçado assim, simplesmente...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Eu entendi, entendi. Só queria lhe fazer mais uma pergunta, senhor João Gilberto. O senhor disse aqui que o senhor venceu, a sua proposta foi classificada e o senhor venceu a licitação...

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Considero...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - ...tanto é que o mandato de segurança foi a seu favor e o Estado não acatou. Na sua opinião, houve um direcionamento do Estado pra declarar a outra empresa vencedora, em detrimento...

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – (*Ininteligível*.)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – ...das suas argumentações, inclusive auxiliada pelo mandato de segurança?

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – É, veja só, dizer que houve um direcionamento, é difícil eu falar isso. Eu não vou falar, eu não vou afirmar isso por dois motivos. Um é... que foi uma coisa muito rápida e eu acho que direcionamento é uma coisa... uma palavra muito pesada. Segundo, é... porque era uma coisa muito simples, tão simples pra ser direcionada. Eu não vejo isso. Eu vejo que houve, na minha visão, má condução do processo, má condução daquele processo. É, é, as pessoas que estavam conduzindo aquele processo não tinham habilidade administrativa para conduzir aquele processo. É isso que eu enxergo. Por quê? Porque o processo tava sendo desvi... tava sendo conduzido por uma Defesa Civil.

A gente prestou coisas pra Defesa Civil. O que lá a Defesa Civil entende de, de hospital, eu to... eu penso comigo? É, é, é a San... uma, uma Secretaria de Saúde já é complexo entender de hospital, quanto mais uma Defesa Civil. Quer dizer, as pessoas não falam a mesma língua. Eu, eu, eu falava coisas, a pessoa, mas... não entendiam o que eu tava falando. Ah, não...

Então, eu enxergo uma coisa como um... um... um... como uma má, uma má condução. Agora, direcionamento, eu não posso dizer, não posso dizer. Agora, que foi muito mal conduzido, administrativamente falando, isso eu posso afirmar e mostro que foi mal conduzido administrativamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Satisfeito, senhor Presidente, satisfeito, senhor João Gilberto, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Fabiano da Luz com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Boa tarde. Senhor João Gilberto Rocha, tudo bem?

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Tudo bem. Boa tarde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Eu quero só lhe fazer uma pergunta aqui, diante do que o senhor nos relatou até o presente momento.

O senhor afirmou aqui que o instituto ficou sabendo que haveria uma licitação.

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Ficaram sabendo por alguém do Estado? Alguém que comunicou? Alguém que avisou? Alguém que...

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Não, não. Por, por, por áreas comerciais nossas que ficam no Radar captando...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Sim.

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – ...captando esse tipo de situação na região que a gente atua.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Não, é justamente essa divergência que eu senti na sua fala, porque...

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Não...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – ...eu conheço o programa, esse Radar, que identifica onde está tendo licitação, edital e aí você se inscreve e participa. Então o senhor, ao mesmo tempo que relatou aqui...

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Não, mas o Radar nosso não funciona só assim. A gente também fi... tem contatos não de Estado, contatos de pessoas, comercialmente falando, que ficam de antena ligada onde vai, onde vai... sair alguma coisa. É assim que a gente, que a gente é...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Então é tanto o Radar eletrônico quanto o radar de contato pessoal?

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Isso. Quanto o radar de contato pessoal, mas não pessoas do Estado, pessoas nossas, comerciais nossos, que ficam vendo onde vai ter alguma coisa. É assim que funciona, qualquer empresa é assim que funciona.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor João Gilberto, a gente agradece a participação do senhor nesta Comissão. A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina agradece a sua participação.

Seria isso, senhor João Gilberto Gonçalves. [Transcrição: Taquígrafa Almerinda Lemos Thomé]

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Boa noite.

(O senhor João Gilberto Rocha Gonçalves se desconecta da reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Solicito à assessoria que conduza a este ambiente a senhora Janine Silveira dos Santos Siqueira.

(A senhora Janine Silveira dos Santos Siqueira adentra o recinto e senta-se no local indicado pela assessoria.)

Boa noite.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – A senhora é Janine Silveira dos Santos Siqueira?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Seja bem-vinda à nossa Comissão.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhora Janine, a senhora sabe por que foi convidada para a reunião desta Comissão Parlamentar de Inquérito?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Sim, sei. A aquisição dos... respiradores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – A senhora tem que fa...

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Posso tirar isso aqui?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Pode tirar a máscara e falar bem próximo ao microfone.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Sim, ã... a aquisição dos respiradores pela Secretaria de Estado da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Isso, contrato com a Veigamed.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – A senhora assume o compromisso de dizer a verdade e somente a verdade no âmbito desta Comissão, sob pena de incorrer no crime de falso testemunho?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Lembrando à senhora, como testemunha compromissada, a senhora tem o direito de permanecer calada. Contudo, é necessário que a senhora expresse o seu desejo de permanecer calada, porque o silêncio não é indicativo de resposta.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Então a senhora fala: prefiro permanecer calada.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Tá bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Para que as nossas taquígrafas possam fazer o registro aqui, é necessário que a senhora fale o seu nome completo, a profissão, o endereço e o seu local de nascimento. E como eu disse antes, o mais próximo possível do microfone, de forma bem compassada, para que possa ser feito o registro.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Sim.

É... Janine Silveira dos Santos Siqueira, é... nasci em 8/3/1982, é... endereço rua Francisco Pedro Machado, número 55.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Profissão da senhora?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Advogada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – A senhora tem advogado constituído, a senhora trouxe advogado?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sendo assim, passo a palavra ao Relator desta Comissão, o eminente Deputado Ivan Naatz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Boa noite, Janine.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Boa noite.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Obrigado pela sua presença aqui.

Eu considero o depoimento da senhora um dos mais fundamentais para o esclarecimento do que aconteceu não na compra dos... não naquele processo do hospital de campanha, mas na compra dos EPIS.

Eu acompanhei todo o processo que a senhora faz, o trabalho que a senhora faz, qual o papel que a senhora faz, e também tenho aqui a licitação dos hospitais de campanha e comparei o trabalho que a senhora faz com outra pessoa que faz a mesma coisa na Secretaria da Saúde.

Então... nós não estamos investigando aqui o contrato de licita... esse contrato do Mahatma Gandhi, esse contrato que tem a assinatura da senhora.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nós estamos investigando a compra dos respiradores, quero deixar isso bem claro. Mas é importante que a senhora colabore com a CPI para que eu compreenda como se procedeu aqueles... aqueles...

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...e como se procedeu à escolha do contrato dos respiradores. Porque na verdade o mecanismo foi o mesmo, as pessoas que atuaram nesse processo são as mesmas, e nós temos algumas pessoas que são elementos comuns dentro desses processos.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Como, por exemplo, o advogado Leandro... Leandro Adriano de Barros, que participou diretamente de todos os negócios, o próprio... o próprio ex-Secretário da Defesa Civil (*sic*), Douglas Borba, que circulou em todos os processos, e do Helton Zeferino, que circulou em todos os processos.

Então nós vamos compreender como aconteceu a compra, aquela tentativa de contrato dos leitos de UTI, para compreender como essa pessoas atuaram, cada uma delas.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu pergunto... a senhora é diretora Administrativa e Financeira da Defesa Civil. É isso?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora já teve outro cargo público?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Eu fiquei onze anos na Secretaria de Saúde, eu fui assessora jurídica, e... saí de lá consultora jurídica. Eu entrei lá como... digitadora e depois fui pra... assessora jurídica e... eu tive uma... na verdade uma... progressão dentro da Secretaria de Saúde.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então a senhora foi cargo comissionado...

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Onze anos, na Saúde.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Onze anos. Muito bem.

Então a senhora é uma pessoa de confiança, trabalhava dentro da Secretaria da Saúde, trabalhou dentro da Defesa Civil, e é advogada, conhece as leis, conhece as normas, por isso que eu julgo a senhora uma pessoa importantíssima para ajudar a gente a esclarecer esses fatos.

Eu registro que eu não tenho nenhuma dúvida que a senhora não tem participação absolutamente nenhuma em nenhum desses procedimentos. Digo isso para deixar a senhora tranquila....

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Não, tranquilo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...pra dizer que a senhora não é investigada. A senhora tá aqui pra ajudar a gente a compreender o que aconteceu.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora foi quem abriu o processo de licitação do hospital de campanha. Foi?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Não, na verdade eu não abri, né?

Na verdade quem... é geralmente a área técnica que encaminha pra Diretoria de Administração e Finanças, pra que ela possa autorizar aquele processo mediante algum... mediante a instrução, né? É... diante das justificativas que tinham dentro do processo, esse processo seguiu um fluxo, né, pra essa aquisição por dispensa de licitação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

Eu verifico aqui, desde a abertura do processo dos cem leitos de UTI até o fechamento dele, com aquele processo judicial, parecer do Tribunal de Contas, a convocação do Secretário da Saúde para vir aqui, do Secretário da Defesa Civil, todo aquele problema que se criou em

volta desse contrato, que ele foi extremamente rápido. Entre a licitação, a escolha, a homologação do contrato, se deu três, quatro dias, uma coisa assustadora, né, foi assustadora a rapidez. Por que isso aconteceu com tanta rapidez assim?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Assim ó... né... na verdade quando chegou esse processo pra mim na Diretoria de Administração e Finanças, eu... eu fui... há... chegou pra mim esse assunto que seria talvez preciso contratar um hospital de finanças dia 1º de abril, né? E eu tava em casa na verdade, tava até... em home office, e daí eu recebi uma informação do GRAC, né, uma informação do GRAC, ah, que a gente... que a gente tá tendo uns relatórios do Nietta e do GRAC, que a gente vai precisar hospital de campanha.

E daí a gente iniciou um procedimento... eu entrei em contato com o governo de Goiás, com a Marcela, a Procuradora de Goiás, eu... porque a gente não tinha esse modelo no Estado de Santa Catarina, então eu fui atrás...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Foi a senhora a responsável por essa licitação toda?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Não. Essa... toda de... do pro... hum....

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Do hospital de campanha?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Não, porque eu não... não sou técnica, né, na verdade... (r)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Hm.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Então o que que foi, que que eu peguei e... entrei em contato porque eles não tinham nenhum material, assim, não tinham um modelo, orçamento ou... não tinha onde a gente se basear. Então o que que eu fiz, eu comecei a... eu entrei em contato com... Goiás, pra ver qual que a gente ia adotar, se a gente ia adotar chamamento público, né, concurso de projetos, porque... chamamento de OS.

Daí... conversei com o pessoal de Pacaembu, do Anhembi, né? Conversei com a Rosália, que era de São Paulo. Conversei com algumas pessoas - essas conversas eu tenho até registradas. E eu verifiquei que esse modelo não era o adequado pra Santa Catarina, porque... a gente não teria como produzir metas, né, aquela situação toda que acontece num... concurso de projetos. Então... numa OS, na verdade, contratação de uma OS.

Então o que que eu vo... que que eu... sugeri pro, pro... pro chefe da Defesa Civil? Sugeri assim: ó, chefe, se realmente for necessário contratar campanha, que eu acho... eu acho que a Secretaria da Saúde deveria fazer isso, porque a gente não tem orçamento, é, qual é a necessidade desse leito, né, a gente tem que ter um processo bem robusto e... ter essas justificativas da necessidade.

Então a gente pegou e... eu dei continuidade ao pro... ao processo e eu falei: ó, tem que vir pra mim, eu preciso de um orçamento, de uma planilha de preços que a gente tenha a basear, só que eu não vou contratar, né, eu não vou sugerir a contratação, de pegar três orçamentos e a gente contratar. Eu sugiro uma publicação no edital, no Diário Oficial e no portal da Defesa Civil.

Porque assim, a gente fez um... a gente teve até um excesso de zelo, porque hoje como é que funciona no processo de, de... dispensa de licitação: você pega três orçamentos, não é, faz três de consultas de preço e contrata o mais barato. É isso o que acontece num processo de dispensa de licitação. Eu sugeri, por experiência na Secretaria da Saúde, em que a gente fazia um mini, uma minilicitação, é o edital, né, que a gente pedia pra em 24 horas ou 48 horas o fornecedor apresentasse a proposta. Então eu achei assim... pra dar publicidade a essa situação, porque era 76 milhões, que a gente fizesse isso.

Então o Coronel João Batista concordou com a gente dar publicidade a esse edital pra contratar essas propostas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

Nesse procedimento, quais foram os agentes políticos que participaram? Além do Secretário João Batista – Secretário ou Presidente, né, João Batista, o diretor —, do Coronel João Batista,

quem mais do governo participou diretamente na compra desses equipamentos?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Assim ó, é... na compra...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ou na escolha da empresa, no processo.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Assim ó, a escolha da empresa foi através do edital, né? Assim ó, o... a busca do preço foi uma planilha que chegou do GRAC, né, quem me enviou essa planilha até foi... pessoal do GRAC, com esses preços, que eu acho que foi busca de preço, mas... assim ó, a participação no processo, eu acredito... num processo de 76 milhões, ele tem que passar por várias coisas, até porque tem um decreto, o 5... o 552, que ele faz uma abertura de crédito, né, o Governador faz, né, um decreto com abertura de crédito extraordinário e ali, ali está justificada a abertura do pro... do, do hospital de campanha, né?

Então assim, era ciência, sim, do Governador, do... da Casa Civil, que teve que fazer o decreto, né, então assim...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A Casa Civil teve conhecimento?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Teve, porque teve que fazer o decreto...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Foi um dos primeiros ou... por último ou...

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Não, porque... pra fazer abertura de crédito... e eu também questionei outra situação, porque... assim ó, a minha opinião é que esse processo deveria ser feito na Saúde, né? A... daí, que eu falei: não, se a gente fizer por aqui, tudo bem, o GRAC tá aqui, o pessoal da gestão de risco tá aqui, né, tá todo direcionado, porque o pessoal da Saúde tá tudo na Defesa Civil, né? Se a gente fizer aqui... a gente não tem problema a gente licitar por aqui, mas a gente vai ter que ter uma descentralização de recurso, no contrato a gente tem que ter uma comissão da Saúde, porque a gente não tem competência pra fiscalizar esse contrato, até porque tem questão médica ali, né.

E... e foi... e foi assim que a gente conduziu dentro da Secretaria de Defesa Civil, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então a Casa Civil tinha conhecimento dessa...

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – É...o... é, tinha, porque passou o decreto, até porque é... a... a... quando tinha o decreto do... tem um decreto específico, que é o 506, que decretou a urgência, e dentro dessas atribuições só o Secretário da Saúde poderia ratificar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Hum, hum.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Então o que eu falei: ó, a gente precisa alterar o decreto ou precisaria... então a única participação que eu tive com a Casa Civil, o único momento, foi que eu solicitei ao Coronel João Batista que fizesse alteração para a Defesa Civil poder... senão a gente estaria dentro de uma... a gente teria que ter a ratificação do Helton, ou, né, ele teria que conduzir o processo por lá.

Daí foi feita essa alteração no decreto pra permitir à Defesa Civil fazer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O Coronel João Batista teve aqui e disse pra mim e pros Deputados que a Casa Civil não participou dessa escolha.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – É, não participou na escolha do... na... no, no procedimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – No procedimento.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA –... no procedimento.

Tanto é que eu só encontrei o Douglas uma única vez, dentro da Secretaria de Defesa Civil, que foi quando eu procurei o Coronel João Batista e falei que a gente precisaria alterar o decreto, ele ligou pro Douglas, o Douglas tava perto ali, porque tem coletiva ali direto, ele

foi até a sala e ligou pro... pro... pro... pra Dial, né, que tem um procurador lá na Dial, ligou na hora e falou: ó, a gente vai precisar alterar o decreto e tal. Ele falou: não, tudo bem, o consultor lá... O consultor, não, o diretor da Dial, o... Daniel Cardoso, ele respondeu dizendo que iria fazer essa alteração.

Foi a única... vez que eu conversei com o Douglas Borba dentro nesse processo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então os ex-Secretário Douglas Borba tinha conhecimento antes de começar o negócio?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Eu acredito que sim, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então ele tinha conhecimento... antes de abrir a licitação ele sabia...

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – É, antes eu não sei...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) –... que o Estado ia fazer esse contrato.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – A... antes eu não sei dizer. Antes...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom, se ele fez o contrato...

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Antes eu não sei dizer. É... a gente publicou um edital e daí quando a gente... quando... antes de a gente publicar o edital eu suscitei algumas questões jurídicas, né, eu tenho conhecimento jurídico...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então...

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Então assim, ó, eu suscitei que a gente teria que adequar o decreto, que a gente precisava... a, por exemplo, a gente não tem recurso, tem que abrir um crédito extraordinário e uma descentralização pela Secretaria de Estado da Saúde. Eu pontuei algumas necessidades que... pra formalização do processo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom, já compreendi.

Eu quero saber o seguinte: com relação às pessoas que circulavam dentro da Defesa Civil naquela época, naquela época...

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...havia estranhos circulando dentro da Defesa Civil? Quando se começou a falar de contrato, de hospital de campanha, começaram a circular pessoas estranhas na Defesa Civil?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Assim, ó, nesse período da Covid, como lá tá sendo o centro, então assim, tá entrando muita gente, né, tanto é que a guarita agora acho que tá anotando o nome das pessoas que entram no prédio, porque é muita gente, né, a gente já tá...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, mas eu não... não... tô falando de uma pessoa que vai lá. Tô falando lá, circulando nos corredores da compra, da licitação, das diretorias, dos gabinetes de gerentes, diretores...

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Com mi... na minha diretoria não... não circulou ninguém estranho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, mas em outras?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Aí eu não sei dizer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, mas a senhora não trabalha lá?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Eu trabalho, mas assim ó, eu, eu chego no meu serviço e vou pro primeiro andar. O primeiro andar é praticamente vazio, assim, não tem muita gente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, é...

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – O segundo tá ocupado pela Secretaria da Saúde e térreo é o gabinete.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu vou ajudar a senhora.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Só pra eu entender, né, a pergunta.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Vou ajudar a senhora. O advogado Leandro Adriano Barros,... Leandro Adriano Barros, a senhora conhece?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Conheço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora conhece ele de onde?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Da Secretaria de Estado da Saúde, ele foi superintendente na Saúde.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ele foi superintendente na Saúde.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Foi.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então é o seguinte: o Leandro circulava lá na Defesa Civil?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Eu encontrei o Leandro... vou ser bem sincera, encontrei o Leandro depois, quando houve anulação do processo, que eu falei pro Secretário pra chamar a empresa, né, porque... a anulação precisa dar os cinco dias de... manifestação, contraditório e ampla defesa pra empresa, que foi pra comunicá-lo que a gente iria anular o processo e que eles iam, né, iam ser intimados pra em cinco dias oferecer se... tiveram algum prejuízo, apesar que não, não teve, de fato a operacionalização, né, do hospital, então não teve prejuízo nenhum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Porque eu não estou entendendo muito bem, a senhora precisa me ajudar.

É o seguinte, o Leandro se apresentou aqui como representante da Mahatma Gandhi, a empresa que ganhou...

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Ele é advogado. Ele é advogado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Isso. Representante legal...

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...da empresa Mahatma Gandhi que ganhou a licitação. Obviamente, se ele se apresentou aqui como representante legal da Mahatma Gandhi, ele circulou dentro da Defesa Civil se apresentando como representante legal da Mahatma Gandhi. A senhora confirma?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Ele pode ter circulado dentro do gabinete, com o pessoal técnico, oferecendo informações pra fazer esse... Mas comigo, não, isso eu tenho certeza. [Transcrição: Rafael de Souza Milke / Revisão: Clovis Pires da Silva]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora viu ele na Defesa Civil?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Vi ele uma vez na Defesa Civil, isso, isso eu confirmo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É? E ele estava com quem?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Ele tava sozinho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sozinho? Sem ninguém? Foi lá sem ninguém?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Ele foi... não, ele foi pra, representando a Mahatma Gandhi, né? Ele foi representando a Mahatma Gandhi em re... porque a gente tinha acionado ele, pra ele...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não entendi. Quem tinha acionado?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – O gabinete tinha acionado ele pra avisar pra ele ir lá na... pra, pra gente ter uma reunião...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não entendi?...

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Depois da anulação do processo...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora disse que não falou com ele, que não viu?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Eu falei com ele na rescisão do contrato, acabei de me manifestar sobre isso

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Antes disso.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Não, antes disso, não, eu não conversei com o Leandro. Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E ele tava lá, conversava com o diretor, todo mundo ou não?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Comigo, não. Agora...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Com os diretores, com o Secretário, com?...

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Eu acredito que ele conversava com a equipe, né, porque a gente buscava fornecedores, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora via ele lá?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Não, eu só vi ele uma vez.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O que ele foi fazer... foi no dia da rescisão?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – No dia... depois que... quando, quando a gente... quando houve o parecer da consultoria jurídica pra anulação, a gente precisava emitir o ofício pra empresa pra que ela apresentasse cinco dias, né, manifestação contraditória e ampla defesa da rescisão do contrato, que o contrato já tinha sido assinado. Então a gente chamou pra comunicá-lo, ele, que haveria essa rescisão e que ele teria cinco dias para se manifestar se houve algum prejuízo, só que como nunca foi operacionalizado, eles nem recorreram.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu observei que nessa licitação e na outra também, por isso que a senhora está aqui, que algumas diretrizes não foram obedecidas como, por exemplo, a instrução da SEA 06/2020, que são as questões técnicas, né?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O termo de referência, também não foi seguido o protocolo da Lei de Licitações, a Lei de Contrato Emergencial, a orientação da Advocacia-Geral da União...

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Em qual processo?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – com relação às compras emergenciais...

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Desculpa, Deputado, em qual processo?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Neste processo aqui.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Do hospital de campanha?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É, esse aqui.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Tá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não foram seguidas algumas diretrizes, portarias, determinações que a gente tem conhecimento. A legislação... a senhora é advogada, está há onze anos no serviço, sabe melhor do que eu que existem diretrizes, portarias, existe a instrução normativa, se não me engano, a 02 de 2020 da compra da Covid, que determina essas regras, tem a questão da 006, que é o termo de referência, tem a Lei 4.320, que é essa que a senhora se referiu, que é dos contratos emergenciais...

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nada disso foi observado nessa compra e na compra que nós estamos investigando?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Assim, ó, eu, eu, eu, eu, eu, a CGE participou desse processo, inclusive sentei com, com o Controlador e eu respondia a todos os questionamentos e todas as orientações que tavam dentro da orientação dele, e tem até um *check-list* onde tem pergunta e resposta, em cada resposta eu anexo ainda a página do documento, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

Então a senhora não seguia essas diretrizes?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Não, e... eu segui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas não tem instrução. A senhora disse que seguiu, mas eu não encontro o termo de referência aqui no processo.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Não, o termo de referência tem, tem o termo de referência ao Anexo 1 e 1A, tem que a orientações técnicas que foi enviada pela Saúde.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Foi aquelas que a senhora pegou lá em Goiás?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Não, não, aquelas que foram encaminhados pela Secretaria de Estado da Saúde, é o Anexo 1A.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O Helton Zeferino, o Secretário, participou desse processo aí?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Participou, partici...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Qual foi a participação do Helton Zeferino nesse processo dos cem leitos de UTI?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Ele é... a participação dele foi informar a necessidade... porque outra questão, a... a região, até tem um ofício dele dentro desse processo dizendo o motivo por que a escolha da região de, da, da, de Itajaí.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E o Douglas Borba?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – O Douglas Borba só naquela participação do decreto, né, foi a única vez que eu conversei com o Douglas, foi o Decreto 55...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A Senhora conhece o Leandro de outras... além da Secreta... o advogado Leandro?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora conhece ele de outras... além da Secretaria da Saúde?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Não, eu, eu, eu conheço ele de vista de Biguaçu, porque eu me formei em Biguaçu...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora é de Biguaçu também?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Não, não, eu me formei em Biguaçu, né? Então conheço ele de vista, mas nunca tive contato, amizade, nada com ele. Quando ele foi pra Secretaria, eu falei: olha, acho que tu fez uma cadeira comigo na Univalde. Ele fez tributário, eu acho, algum cadeira comigo, mas eu não tinha nenhum contato com ele, eu conheci ele só dentro da Secretaria de Estado da Saúde.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Além dos cem leitos de UTI, a Secretaria da Defesa Civil participou de outra licitação? Promoveu?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Não, desses não, só, só o hospital de campanha. E a... até a gente fe... eu lembro que a gente... a previsão desse, da publicação desse edital era no dia 13. A gente queria, né, a gente fez uma reunião com os órgãos, que... eu que acionei, na verdade, acionei a Promotora Ariadna, que é chefe de gabinete do Procurador Comin, pra que a gente fizesse essa reunião, porque é assim, na Saúde eu sempre gostei de trabalhar com o Ministério Público nessas questões. Sentava com o pessoal do Tribunal de Contas, até pra gente pontuar, né, qual é o caminho que a gente ia ser, se a gente

podia fazer por dispensa de licitação essa contratação, que tem aqui toda a questão de OS ou é concurso público OS.

Então, é... eu, eu fiz questão que isso aí fosse, fosse levado pro Tribunal de Contas, tanto é que o Tribunal de Contas depois mandou recomendação.

Só que o que que acontece? O GRAC informou no dia, no dia 7, se eu não me engano, até tenho essas informações, que dia 10 já não teriam mais leitos de UTI. Então a urgência, né, que: ah, não vai ter mais leitos. Aí tem um relatório do Nietta, onde explica ali que até tal dia... projeção dia 10 não iriam... o Estado não ia ter mais leito de UTI. E... era isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora, com a experiência toda que tem, o que aconteceu que a empresa foi desclassificada, a outra foi classificada, acabou cancelando essa licitação? O que a senhora poderia dizer para a CPI com relação a essa licitação? O que aconteceu? Uma sucessão de erros, foi um indicativo, a senhora pôde perceber... É importante que a senhora nos ajude.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora pôde perceber que havia um direcionamento, alguma empresa para ganhar, o que a senhora?...

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Assim, ó, eu não percebi nada de direcionamento. Porque assim, ó, eu... eu, eu, eu abri o edital a fechamento, né, a gente tava ali junto, né, na abertura, até as 3 horas era o envio das propostas. Então... a gente recebeu quatro propostas, eu fui... assim que eu fui recebendo, eu já fui inserindo no SGPE para dar maior transparência também, fui colocando no SGPE. E o julgamento da proposta de Mahatma foi o seguinte: a... a outra proposta ela tinha vários valores div... divergentes, vários valores. Se a gente calculasse pelo equipamento, ia ser um valor, se a gente... Então ela tinha cinco formas, isso foi até o que foi informado pra, pra Procuradoria-Geral do Estado, por que que a gente considerou o menor preço? Porque o critério do edital era o menor preço global. Então assim, pra onde que eu ia partir? Eu ia seguir o edital, eu tinha que tá vinculada a um instrumento convocatório, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O Leandro de Barros, a senhora conhece?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Conheço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O que ele faz?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Ele é advogado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Advogado. Estava lá na CPI... estava lá na Defesa Civil também?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Não. O Leandro, ele, eu conheci ele só depois do... porque ele foi advogado da Maha...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, sim, ele esteve aqui.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Eu, eu nem sabia, eu nem sabia que ele era advogado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora já respondeu, disse que ele esteve lá algumas vezes...

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...que a senhora só viu ele uma vez lá.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Só que ele esteve aqui e disse que esteve várias vezes lá representando a empresa.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – É, mas... pois é, porque assim, ó, a minha sala, quem conhece a Defesa Civil, o primeiro andar fica só o diretor, a área técnica ali, eu subo e não fico circulando, é só quando o chefe me chama eu desço pra despachar,

não fico circulando, né? Então, assim, ó, a área de compras é embaixo, a... os gabinetes embaixo, segundo andar é a Saúde.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então a senhora não viu nada de ilegal?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Não, eu juro por Deus que não vi.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu tenho um Procurador aqui... a senhora é advogada, eu sou advogado também, eu tenho um parecer aqui do Procurador dizendo que estava tudo certo a licitação, que estava tudo certo. Mas não estava tudo certo, tanto não estava tudo certo que o Governador desistiu, que a empresa entrou com processo, que o Tribunal deu liminar, que mudou, que o Tribunal voltou a dar liminar.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Assim, ó...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Se tivesse tudo certo, não tinha acontecido tudo isso.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Tá, o que foi...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Por que o Procurador deu parecer dizendo que estava tudo certo?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Na verdade, assim, ó, esse processo, assim, todo uma... inclusive a Procuradoria-Geral do Estado, né, acompanhou todo esse processo. Mas, assim, ó, esse processo ele só foi anulado primeiro pelo, pelo imbróglio jurídico que surgiu. E, segundo, porque no dia, um dia antes da... quando tava, o segundo mandado de segurança entrou com a liminar, a gente ia suspender a urgência, havia um chamamento público do Helton, no caso da Secretaria de Estado da Saúde, pra abrir leitos. Então, assim, ó, a gente poderia, já que tá tão enrolado, tá dando tanta polêmica, e tem algumas apontamentos por questões de dificuldade, depois vai dar problema na fiscalização, se aqueles apontamentos foi foram feito na... pode dar problema na, na, na... na publi... na, na fiscalização futura, então a gente anula aquele edital e se, e daí como tem um hospital de chamamem... um é chama, um chamamento público na saúde, então se dá continuidade aquele e lança um edital correto com todos os... né? Informa...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Correto?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Não, não, que, que siga todas as orientações do Tribunal de Contas, porque o Tribunal de Contas ele teve uma visão de que poderia ter um jogo de planilhas, por exemplo, fazer unitário em vez de preço global... Só que ali é um serviço separado, aquilo ali eu até entrei em discussão com o pessoal do Tribunal de Contas. Porque assim, ó, não teria como ter um jogo de planilha porque a gente... é serviço mensal, certo? A gente vai pagar, a gente não pode cobrar a empresa, né, ela vai produzir, a gente não sabe a demanda que vai vim da Covid, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim.

A senhora observou que uma das empresas que participou da licitação apresentou o preço maior do que o preço máximo?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Senhor Presidente...

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Como assim? Eu não entendi..

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora observou?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Desculpa, desculpa, eu não... entendi.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Senhor Presidente...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora observou que uma das empresas apresentou?...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Pela ordem...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, eu vou concluir, depois o Deputado fala...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Questão de ordem, senhor Presidente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É só para eu concluir, Deputado, depois o senhor pode falar.

É o seguinte: a senhora percebeu, nós tivemos uma empresa...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Não, uma questão de ordem, senhor Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Pela ordem, pela ordem, Deputado Sopesa.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – (*Ininteligível*) hospital de campanha...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Eu não vejo, eu não vejo nenhuma pergunta, nenhuma pergunta sobre a questão que nós formamos a CPI. Eu peço vênia, se continuar perguntado sobre o hospital, que eu também quero que seja esclarecido, mas me parece que nós não estamos no fórum apropriado para discutir hospital.

Então, se for para discutir o hospital, eu peço vênia para sair da reunião. Não, não tenho como...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor está...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – ...não tenho como participar de uma coisa que não tem o vínculo daquilo que eu fui chamado para esclarecer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Ivan Naatz, o senhor está indo para a conclusão?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, eu estou concluindo.

Qual semelhança que a senhora encontra entre esse processo licitatório, que não seguiu algumas diretrizes segundo o Tribunal de Contas, e os processos dos respirados? A senhora é uma pessoa especialista, trabalhou na Secretaria de Saúde mais de onze anos fazendo as compras. Então, qual a diferença que a senhora encontra entre essa licitação que foi anulada, que também estava cheia de problemas, e a licitação dos respiradores? A senhora tem conhecimento do processo de licitação dos respiradores, né?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Tenho conhecimento do, do processo, só que eu não participei do processo dos respiradores. Eu não acompanhei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora... no processo dos respiradores, quero aproveitar então a experiência da senhora aqui na questão do processo dos respiradores. A senhora, como trabalhou lá onze anos, pode nos ajudar, certo?

Esse processo dos respiradores ele também teve a participação do Leandro, nessa situação. A senhora tem conhecimento disso?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Não, não tenho conhecimento da participação dele.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – No processo dos respiradores?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Não, eu soube da, das mídias, né, que ele tava envolvido.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora sabe, por exemplo, que no processo dos respiradores não se seguiu as diretrizes, por exemplo, também, das instruções normativas?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Eu, eu escutei que fa... eu o... só escutei, né, falar que: ah, não, não seguiu o Grupo Gestor e teve algumas situações. Mas eu não analisei o processo, eu vou ser bem sincera.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

Qual é o papel da Controladoria do Estado nessas licitações? Qual é o papel da Controladoria, tanto na licitação aqui, quanto na licitação dos respiradores? Qual é o papel da Controladoria?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Assim, ó, a Controladoria, normalmente, ela atua quando é acionada, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ãhã.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – A gente acionou a d... a... CGE, a auditoria da Fazenda, né, e todos eles tavam numa parte desse processo do, do hospital de campanha. Não sei se isso foi feito no...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A Controladoria trabalhou no hospital?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – A gente, a gente que aciona, né, a gente que aciona, ó, a gente tá saindo, o que que... Pra pedir orientação, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ã-hã.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Será que a gente tá seguindo um norte, pra eles acompanhar, daí eles direcionam uma equipe pra esse acompanhamento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – No hospital de campanha a Controladoria não funcionou, a senhora trabalhou onze anos lá. A senhora sabe... poderia nos ajudar dizer por que não funcionou, por que não atuou a Controladoria naquela licitação?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Eu não sei... Eu, eu, eu entendo que é questão de gestão, né, o gestor ele tem que direcionar, né, porque há uma equipe de trabalho e tentar seguir os fluxos, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ele teria que avisar?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Eu entendo que o gestor e os responsáveis, superintendentes, diretores, gerentes, eles deveriam sentar e é uma coisa séria, né, um valor altíssimo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Avisar.

A senhora trabalhou na Secretaria de Saúde, certo? Como é que funciona o procedimento lá dentro? É possível fazer uma compra fria, é possível fraudar o sistema?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Olha, eu... assim, ó, eu trabalhei onze anos...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora precisa nos ajudar.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – ...onze anos eu trabalhei na Secretaria da Saúde, e assim, ó, o pessoal da Gerência de Licitações são pessoas totalmente corretas, assim, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas é possível?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Setor de Licitação. Hum?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É possível fraudar, direcionar... é possível?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Não sei, eu não sei se é possível, né, porque quando chega... porque assim, ó, teria que se... só se a pessoa que fez o processo...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Alguém tem que participar, alguém tem que ajudar.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – É, alguém tem que participar, né, pra acontecer...Se não, não tem como...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Para fraudar alguém tem que participar.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – ...qualquer coisa, né, alguém tem que participar pra fraudar, não acompanhei esse processo...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O sistema não permite que se fraude assim, sem a participação de mais pessoas?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Mas como assim? Eu não tô entendendo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nós temos um sistema de compras, certo?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Tá.
[Transcrição: Camila Letícia de Moraes]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nós temos um sistema de compras, eu sou o Secretário, eu quero

comprar alguma coisa, vou comprar lá, sei lá, cinquenta camas, um milhão de camas.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O sistema... se eu seguir a regra toda certinha...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Senhor Presidente...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...o sistema da compra dos respiradores vai identificar que tem uma... ele não vai permitir uma fraude, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Questão de ordem, senhor Presidente.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Eu não sei... eu não tô entendendo a pergunta.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Só para eu concluir essa última pergunta.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Só pra eu entender.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então para alguém comprar irregularmente, precisa ter uma participação de algumas pessoas?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Isso em qualquer lugar, né, pra ter uma fraude tem que ter uma... tem que ter envolvidos, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Concluído, Deputado Ivan Naatz?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Concluído.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Cobalchini, vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI - Senhor Presidente, eu vejo que nós estamos chamando aqui pessoas preparadas, mas não para falar daquilo que é objeto da nossa CPI. Nós não temos esse tempo aqui para tratar disso.

Eu estou preparado e sugeri aqui uma série de pessoas que, sim... o Controlador-Geral do Estado é uma das pessoas que eu citei porque ele próprio disse que a compra, ele identificou irregularidades na compra. Por que então não tomou providências como Controlador? Então estou citando um caso.

Eu confesso, e eu próprio denunciei muitas vezes que aquele processo anterior, se caso o governo, o Governador não tomasse aquela decisão, quem sabe se transformasse naquilo que está sendo hoje a CPI dos Respiradores. Mas eu... com aquela decisão do Governador... esse assunto não vem para cá. Vai vir para cá o assunto dos respiradores e é para isso que eu estou aqui. Hoje eu vim aqui para dar quórum e não tenho nenhum questionamento para falar sobre o hospital de campanha. Sobre os respiradores fiz muitos, e penso que para todos aqueles que eu sugeri que viessem aqui tenho justificativa plausível para que eles estejam aqui.

Então eu, de agora em diante, vou tratar de respiradores. Se o depoente, a testemunha, não tiver nenhuma relação com os respiradores, eu peço vênha...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Deputado Cobalchini...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI - ...para que eu não venha aqui tratar de um assunto que, efetivamente, não é objeto da nossa CPI.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Deputado Cobalchini, o Leandro sentou aqui nessa cadeira (*aponta para o local em que sentam os depoentes*)...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI - Essa pergunta foi feita mais de uma vez.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...e disse que representou as três empresas do processo fraudulento. Outras pessoas também participaram desse processo, ela trabalha lá dentro, ela é da Defesa Civil, ela podia ter visto, podia ter acompanhado. Mas, enfim...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Ivan Naatz, o senhor deu por concluído. Está registrado. Deputado Fabiano da Luz.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Janine, doutora, para mim apenas fica uma dúvida, uma interrogação, talvez possa colaborar, contribuir.

A partir do momento em que era decidida uma compra, respiradores, máscara, contêineres, hospital de campanha, havia alguma pressão de alguém sobre vocês para agilizar o processo, para que ele acontecesse o mais rápido possível, que se atropelassem algumas etapas daquele protocolo rotineiro que vocês têm na Secretaria?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Não, se é do...o do hospital de campanha, né, que é o que, o que eu conduzi, né? Não teve nenhuma pressão, o que teve, foi, claro, meu chefe, né, o chefe da Defesa Civil querendo que a gente agilizasse porque os relatórios do GRAC e do Nietta apresentavam uma situação agravante para o Estado de Santa Catarina.

Agora, eu, né, como diretora de Administração e Finanças, eu, eu fui bem na transição, era gerente de Licitações, né, na transição ali, depois, dia 6 eu assumi a Diretoria de Administração e Finanças. Então assim, eu fu, eu fu, com a experiência que eu tenho na Saúde, eu fiz todos os procedimentos legais dentro desse processo. Assim, eu, no meu ver, esse processo ele tá muito bem instruído. Talvez, por um termo de referência, se tivesse um termo de referência mais robusto, a gente não teria problema se continuasse com ele, de ter problema na fiscalização futura.

Mas o processo em si, assim, eu acho até a gente teve um excesso de zelo publicar esse edital no Diário Oficial, né? Porque a gente poderia, como o Brasil todo faz e a lei permite, que é pegar três orçamentos e contratar, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Mas não havia pressão sobre vocês...

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – ...pra agilidade?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Não, por mim...o meu chefe, né? A gente precisa, tem relatório Nietta, a gente precisa publicar porque dia 10 não vai ter mais leito. Então isso foi tudo... Mas, mas a dispensa de licitação ela é feita...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Sim.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA - ... às vezes em 24 horas, 48 horas. A Secretaria de Saúde faz isso anos e anos, né, porque a gente tem essa urgência de contratar um medicamento urgente ou qualquer outra coisa, uma cirurgia ou contratar uma, um serviço lá dentro do hospital que... que tá com problema. A gente tem isso, isso é rotina, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – E essas decisões sempre foram tomadas no conjunto do Grupo Gestor da crise, se era necessidade mais urgente, se era o hospital, se eram os respiradores, se era a máscara, se era?...

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Não, assim ó, cada, cada Secretário tem a sua autonomia, né? Daí dentro de cada Secretaria tem um corpo técnico que vai apontar a necessidade que precisa pra aquele processo. Por exemplo, aqui nesse caso a área técnica encaminhou pra diretoria dizendo: ó, a gente precisa de leito de UTI. Devidamente fundamentado, com a planilha de preços, a gente abre o edital, né?

Então... O Grupo Gestor ele é outra fase. Numa dispensa de licitação, a gente só manda pro Grupo Gestor depois da... depois da dispensa justificada e, e... depois de justificado. Daí a gente vai pro Grupo, pro Grupo Gestor e depois a gente publica, se eles autorizarem.

Nesse caso aí, do hospital campanha, o Grupo Gestor tava ciente, tava ciente, só que por causa desse *home office* foi um despacho pelo WhatsApp, foi um despacho virtual, assim, eles entraram, passei isso pro Grupo Gestor, né, pra ser rotina do SIG, e consta no SIG, ali, a aprovação dele.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Dos respiradores não passou pelo seu departamento nada?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Não, não, eu sou da Defesa Civil, né, os respiradores foi pela Secretaria de Estado da Saúde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Obrigado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Senhor Presidente, gostaria de fazer uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Com a palavra, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Se ela poderia descrever o processo de compra na Defesa Civil: como acontece, qual é a sistemática que é usada?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – É ...o processo, boa noite, né?

O processo de... o processo de compra ele inicia, tava, como eu comentei, a unidade ou o setor técnico, ou a área específica que tá precisando de alguma coisa, ele vai instruir o processo e pedir autorização pra aquele processo ser iniciado, né?

Então assim, vem um termo de referência dentro desse processo, a gente faz o edital, daí adequa à modalidade, se é pregão, se é... Dentro desse processo a gente cadastra ele no sistema de... no SIG, né, que é um cadastro de, de proce... é de procedi... é processo, de informações gerenciais, que é o SIG, esse SIG ele vai determinar se precisa ir pro Grupo Gestor ou não. Se for um processo acima de 650 mil, ele vai pro Grupo Gestor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Muitas pessoas fazem parte desse processo?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Ah, inúmeras, né, porque inicia pela Pasta e vai pela Fazenda, né? A Fazenda tem o SIG, o SIG é vinculado à Fazenda, depois retorna e vai pras outras... vai pra diretoria, vai pra Gerência de Licitações dar continuidade, contratos, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Esse processo na Saúde, ele é semelhante? Saber me descrever?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Eu acredito que sim, eu não sei se eles alteraram, mas eu acho que sim. É porque o fluxo de processo normalmente vem, né, vem da área solicitante, daí vai, vai pra despacho às vezes do Secretário ou da superintendente pra deliberar. E na Secretaria, na minha época pelo menos, tinha uma situação que os superintendentes assinavam até 5 milhões, acima de 5 milhões era o Secretário – eu não sei se essa portaria ainda existe. Mas... e tem as portarias de delegações, né, que cada superintendente tem delegação pra fazer o seu... estartar os processos. Daí passa pela Gerência de Orçamento...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - O número de pessoas que fazem parte na Saúde é semelhante ao da Defesa Civil?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – É, só que lá na... lá na... lá Secretaria da Saúde são mais pessoas, né? Mas é semelhante, sim, é semelhante.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Não sabe dizer quantas pessoas, mais ou menos?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Envolvidas nesse processo? Ah, normalmente é ou o chefe quem dis... a... a área que pede, o chefe, o diretor que libera, daí vai pro gerente de Licitações, vai pro orçamento, vai pro financeiro, pelo menos umas sete, sete setores teria que passar, SIG... uns oito eu acho.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Satisfeito, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Antes de perguntar ao Deputado Sopelsa se ele quer fazer uso da palavra, realmente eu reconheço que existe esse diferencial entre uma Secretaria e outra. É impossível dizer como funciona uma Secretaria na qual a senhora não trabalha.

Deputado Sopelsa e Deputado Cobalchini, quero comunicar as vossas excelências que estou pedindo ao Deputado Ivan Naatz que, na construção da sua tese, a gente consiga afunilar o máximo possível o assunto para dentro do assunto dos respiradores. Sei bem que as mesmas pessoas que permeavam os

corredores da Secretaria da Defesa Civil são as mesmas que permeavam os corredores da Secretaria de Saúde... Enfim, o Leandro citado nas duas oportunidades, né, todo mundo conhece o Leandro, todo mundo conhece o Douglas Borba, estiveram juntos em todas elas. Mas aqui eu estou acatando o Deputado Sopelsa e o Deputado Cobalchini, o pedido dos senhores, e estou fazendo essa máxima vênua também ao Deputado Ivan Naatz, porque embora nós saibamos que se trata do mesmo grupo, inclusive o Grupo Gestor também, eu acho que eram os mesmos integrantes tanto na compra, na primeira compra realizada quanto na segunda, a gente está falando dos hospitais e dos respiradores, o Grupo Gestor seria o mesmo.

(A depoente gesticula com a cabeça que sim.)

Então, peço a gentileza ao Relator, só para conhecimento dos Deputados.

Deputado Sopelsa, vossa excelência tem alguma pergunta?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Senhor Presidente, não.

Apenas mais uma vez deixar aqui a minha... A reunião de hoje não teve nenhuma pergunta às testemunhas que envolva a questão do porquê da CPI. Se é para as testemunhas virem responder e serem perguntadas sobre as questões do hospital, o que eu quero deixar claro ? eu quero esclarecimento também, eu não sou contra o esclarecimento ?, mas se for para provocar testemunhas para vim falar sobre o hospital, eu prefiro não participar da reunião, porque a CPI está instalada para investigar a questão dos respiradores.

Não tenho mais perguntas a fazer, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Recebido, senhor, e como eu disse, comunicado já ali... pedido essa compreensão do próprio Relator.

Dona Janine, a senhora tem mais alguma coisa a dizer que possa acrescentar a esta CPI no que diz respeito ao chamamento da senhora até aqui?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Não, é... não. Dos respiradores não participei, né, infelizmente não posso ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Fico muito agradecido, toda esta Comissão agradece a presença da senhora aqui, já que não quer usar os breves comentários, tendo em vista que já alegou que não tem absolutamente nada a ver com a compra dos respiradores.

Eu vou pedir à assessoria que acompanhe a senhora. Muito obrigado pela colaboração da senhora.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Boa noite a todos.

(A senhora Janine Silveira dos Santos Siqueira deixa o recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Solicito à assessoria que conduza a este ambiente a última testemunha, senhora Déborah Regina Vieira Trevisan.

(A senhora Déborah Regina Vieira Trevisan adentra o recinto e senta-se no local indicado pela assessoria.)

Dona Déborah, boa noite.

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN - Boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Seja bem-vinda à nossa Comissão.

Dona Déborah, a senhora sabe por que foi chamada até aqui para a nossa reunião na noite de hoje?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Sim, por causa... para ser... fui convocada pra ser testemunha no processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Se a senhora puder tirar a máscara e falar um pouco mais próximo...

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Posso, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - ...devido à nossa distância aqui, não tem nenhum problema, e ao nosso histórico de atleta..

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – *(Risos.)* Posso, sim. Eu fui convocada para depor sobre o processo dos respiradores. *[Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos / Revisora: taquígrafa Ana Rita Moriconi de Souza]*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim.

A senhora está compromissada em dizer a verdade e tão somente a verdade, tá?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sob pena de incorrer no crime de falso testemunho. A senhora tem ciência disso?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Tá bom.

Lembramos que a senhora também tem o direito de permanecer calada, mas se for permanecer calada, é necessário que expresse essa sua vontade, porque o silêncio não é indicativo de resposta. Então se eu perguntar para a senhora... ó, eu prefiro permanecer calada ou também não sei, não lembro, etc.

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Hum, hum

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Para que as nossas taquígrafas possam fazer o registro da senhora aqui, eu vou pedir o nome completo, endereço completo, a sua profissão e a sua data de nascimento.

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Déborah Regina Trevisan. Endereço, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – A sua profissão.

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – *Ã*, advogada. Endereço, Rua Emerson Ferrari, nº 28/605, Bairro Kobrasol, São José.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Nascida em?...

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – 19 de dezembro de 92.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – A senhora trouxe advogado com a senhora?...

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – ...a senhora constituiu advogado?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Está sozinha?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Estou sozinha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Com Deus, né? *(Ri.)*

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – *(Ininteligível)* *(Ri.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Seja bem-vinda, tá, Déborah.

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Com a palavra o Deputado Ivan Naatz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Déborah, boa noite.

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Boa Noite.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Você é advogada lá da Defesa Civil?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Isso, eu sou consultora jurídica.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Consultora jurídica.

É concursada, é comissionada?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Sou comissionada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Comissionada?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Comissionada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quem foi que indicou a senhora para ser comissionada?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Na verdade eu comecei a trabalhar na Defesa Civil, quando eu ainda fazia faculdade, como terceirizada, aí com a reestruturação eu fui para o cargo de gerente e entrei substituindo a antiga consultora jurídica, que ela saiu de licença maternidade. Aí eu fui ficando ela saiu e eu continuei no cargo. Não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora tem especialidade em compras públicas? A sua advocacia tem especialidade em compra pública?...

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Dentro da Defesa Civil...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...licitações?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora trabalha sempre nos processos de licitações?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Sim, todos os processos de licitação na Defesa Civil passam por mim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então a senhora tem especialidade no processo de compra pública?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora emitiu parecer... a senhora emite os pareceres?...

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Isso, correto...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...das compras públicas?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

Qual é o papel do parecer na compra pública? Qual é o papel do parecer que a senhora emite?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Verificar a legalidade dos atos... da administração, né? Dentro da Defesa Civil.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então a senhora faz o *check-out* de todo procedimento e emite o parecer?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Todos os processos licitatórios seguem essa recomendação?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Se a senhora identificar algum equívoco no processo de compra pública, qual é o encaminhamento que se tem que dar?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Eu faço apuração e coloco no meu parecer. Assim, às vezes falta um documento, às vezes... tem que instruir com mais alguma coisa...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Hum, hum.

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – ...ou às vezes... eu já fiz muito parecer negativo também, porque nem tudo bate com a legalidade, daí eu peço pra... pra não ter prosseguimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu queria saber da senhora o seguinte: o governo do Estado, quando ele editou a Instrução Normativa 2/2020, que é compras emergências do Covid.

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora tem conhecimento dessa portaria?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Da portaria?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É, dessa instrução normativa, para ser seguida...

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Aquela da SEA?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É, da SEA.

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora tem conhecimento?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Tenho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quando se faz a compra emergencial, as compras públicas, deve se seguir essa recomendação?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Também, junto com as leis.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E quem é que... de onde vem essa instrução? Vem do próprio governo do Estado ou?...

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – É publicada no Diário Oficial.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Todos os Secretários tinham conhecimento de seguir essa instrução normativa?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Não sei informar o senhor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas os procuradores jurídicos, os consultores?...

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Não sei. Eu... costume procurar sempre ler o Diário Oficial. Tem dias que...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não veio uma corres...?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – ...claro, que a gente lê num outro dia, que às vezes a demanda é muito grande e eu não consigo ler... o diário todo no mesmo dia, né? Acontece...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim...

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – ...de não ter tempo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E saiu a instrução da SEA, certo?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora é procuradora jurídica, a senhora expede ofício às compras públicas.

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora teve conhecimento, então?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Pelo... Diário Oficial.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não veio uma instrução normativa, um ofício, um...?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...um comunicado?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Pra mim, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora acredita que para... E para os outros procuradores, de outras Secretarias?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Desconheço. Não tenho contato com os outros procuradores das outras Secretarias.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas a senhora acredita que eles tenham tido conhecimento dessa portaria da SEA?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Eu não tive. Não... não sei informar... sobre as demais.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então o governo editou uma portaria instruindo as regras de compra pública durante a crise da Covid?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Que é o que a gente tem aqui...

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...e não comunicou os procuradores?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Eu não fui comunicada, os demais eu... não vou saber responder pro senhor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ele fez a portaria e não avisou quem tinha que ter conhecimento dela? Não veio um ofício, uma instrução?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Não, para mim não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora acredita...

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Acredito que pra Defesa Civil também não, porque... seria encaminhado para mim, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora sabe qual é o papel da Controladoria do Estado com relação às compras públicas? A senhora sabe qual é o papel da Controladoria?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Atuar como órgão fiscalizador, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora, sempre que faz uma compra, é comunicado à Controladoria? Como é que funciona isso?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Não. Não... não são todas as compras, não. O senhor diz num contexto geral, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Isso.

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Não, não... comunico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então quando é comunicado?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Essa do hospital... a... o senhor fala... todas as compras?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – As compras...

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – A do, a do, a dos hospitais, a do hospital de...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É porque a senhora veio aqui para falar para a gente como funciona...

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – (*Ininteligível.*)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...as compras públicas e, especificamente, nessa questão emergencial.

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – A, tá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Certo?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Ah-hã.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Certo? Quero que a senhora nos ajude.

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Para eu compreender como se procedeu essa situação no decreto emergencial.

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Certo?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – O hospital de campanha passou por avaliação deles, tanto que eles fizeram algumas recomendações. As demais eu não tenho conhecimento. Eu não... não indiquei pra... pra ir não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas qual o papel da Controladoria?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Fiscalizar os atos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tem que comunicar a Controladoria? A senhora disse que eles fiscalizam os atos, certo?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eles fiscalizam todos os atos ou é avisado eles de alguns atos?

Por exemplo, estou fazendo tal compra...

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Hum...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...essa aqui eu vou avisar à Controladoria, essa aqui eu não vou avisar...

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Existe esse critério?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Desconheço. Eu não... não recomendo passar todos os processos de compra pela coordenado... pela Controladoria... não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É, o governo atual criou uma diretoria de *check-list* das empresas. Uma diretoria que é responsável por certificar as empresas que negociam com o governo. A senhora tem conhecimento disso?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Numa...

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Se... o... não entendi, desculpa. O senhor pode...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O governo criou...

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...uma estrutura governamental...

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Tá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...que certifica... a qualidade ou o tamanho, enfim, das empresas que negociam com o governo. A senhora tem conhecimento dessa?...

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Não, não tenho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não tem conhecimento?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Não tenho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nunca chegou nenhum documento avisando a senhora nesse sentido?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Todos os pareceres de compra da Secretaria da Defesa Civil é a senhora que dá?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – O parecer?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É.

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora é a única que dá parecer?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Sim, só tem... eu de consultora jurídica. É uma estrutura bem pequena a Defesa Civil. Acho que a gente deve ter, de cargos, eu acho que umas setenta pessoas, no máximo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Hum, hum.

A senhora achou estranho que era a Defesa Civil que estava procedendo a licitação dos hospitais de campanha e não a Secretaria da Saúde?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Na justificativa, porque eu sempre olho o processo todo e tem que ter uma justificativa para todas as aquisições, seria pra dar um auxílio para a Saúde. Que também acredito que por causa da crise deve tá... deve ser uma... não tenho muito contato com a Saúde em si, nunca fui no prédio deles, nem nada, eu sei que eles estão na Defesa Civil porque eu trabalho lá então eu vejo eles. Acredito que esteja superlotado... uma correria muito grande. E na justificativa tava pra entrar como auxílio, porque a Defesa Civil ela presta... a função dela principal é articular os órgãos pra gestão da crise...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Hum, hum.

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Essa era a justificativa que tinha no processo, o porquê de a Defesa Civil contratar... um hospital de campanha.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Certo.

Então o parecer jurídico nas compras das licitações, só para eu conferir, tem o papel de indicar eventuais equívocos que aconteçam dentro do processo de compra pública?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Se a senhora identificar algum equívoco, a senhora vai recomendar que aquilo seja corrigido?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Isso, às vezes corrigido, revogado, às vezes instruído um processo, dependendo se às vezes falta algum documento importante, alguma coisa assim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E a senhora não recebeu, então, nenhum ofício, nenhum documento dizendo da instrução normativa da (*ininteligível*)?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora soube por saber?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É só, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Fabiano? (*Pausa.*)

Deputado Felipe Estevão?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Senhor Presidente, se a Déborah conhece o processo de compra dos respiradores?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Hum... não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Mas você entende que ele teve erros?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Eu li num *site* sobre a compra dos respiradores, aquele *site*... como é que é o nome... Intercept. Eu fiquei sabendo da compra dos respiradores pelo Intercept.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Mas segundo a sua avaliação, como técnica, como advogada, quais seriam os erros?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Eu não analisei o processo, é... é complexo eu falar algo que eu não li. Eu não li... o edital, eu não sei se teve um edital de cotação de preços, não sei como é que foi feito o levantamento dos dados pra... pras propostas, eu só li o que tava na imprensa. Pode ser... porque... quando a pessoa escreve não, não acusando a imprensa de falar alguma coisa, eu não li o processo pra poder me manifestar a respeito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Eu te agradeço, Déborah. A gente está aqui para tentar conhecer os fatos...

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...averiguar. Fica evidente, senhor Presidente, que os funcionários públicos participaram aí nesse processo. Eu te confesso que aguardo aqui ansiosamente pelo Douglas Borba e pelo Secretário da... o ex-Secretário... os dois, o Helton. Eu me considero satisfeito.

Obrigado, Déborah.

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Gostaria de perguntar à senhora, eu não tenho perguntas, se tem alguma coisa que possa colaborar com a nossa Comissão Parlamentar de Inquérito?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Não... mas fico à disposição.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Só precisava de um esclarecimento.

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora já ouviu falar da Secretária Executiva de Integridade e Governança?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Já.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Qual é o papel dela?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Ela tá fazendo... é uma Secretária nova, né, é uma... desculpa, uma diretoria nova, eu participei até, inclusive, de uma... reunião deles pra trazer as práticas de *compliance* pro Estado, pra averiguar que não tenham erros e... tinha representantes. Foi uma reunião inicial, daí com a pandemia também acabou que paralisou, chamou todos os órgãos do Estado pra passar as questões da integridade.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A gente tem um ano e pouco do governo...

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...e nesse um ano e pouco, um ano e meio de governo essa Secretária

fez alguma reunião com os Procuradores pra passar instruções das compras públicas?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – A Defesa Civil recebeu um... um *e-mail* pedindo pra indicar alguns servidores. Aí eu fui indicada e... na primeira reunião fui eu e um... assessor. A gente foi pra conhecer, daí eles explicaram como é que funcionaria e a partir disso teriam reuniões... eu, se eu não me engano, não vou lembrar de cabeça, eu acho que eram mensais. Daí teria um tempo de adaptação, teria um treinamento, esse treinamento passaria por uma fase de avaliação do próprio governo e daí depois todas as Secretarias continuariam sendo avaliadas, mas teria uma capacitação antes.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, desde que... desde quando foi criada a Secretaria de Integridade e Governança, a senhora, como procuradora da Defesa Civil responsável pela edição dos pareceres das compras, de efetivo não viu nada dessa Secretaria funcionando?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Ela começou a capacitação, né? Ela chamou a primeira... reunião pra explicar como é que funcionaria e depois ela já começou a capacitação. Daí veio a pandemia e as reuniões foram canceladas. Recebi isso por *e-mail*.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Obrigado pelo esclarecimento.

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – De nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Mais uma vez, muito obrigado pela sua presença aqui e pelos serviços e informações prestados para esta Comissão.

Peço à assessoria que acompanhe a nossa convidada até a porta.

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Obrigada, com licença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Nós que agradecemos.

(*A senhora Déborah Regina Vieira Trevisan deixa o recinto.*)

Esta presidência suspende esta reunião pelo prazo de dez minutos...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Senhor Presidente, antes de abrir o prazo de intervalo, eu queria consultar os senhores Deputados sobre a dispensa da ouvida do senhor Carlos Eduardo Besen Nau, que é lotado na Defesa Civil. Eu acredito que o depoimento dele já foi prestado em outro órgão e vou me utilizar dele para poder fazer o parecer, senhor Presidente.

Razão pela qual apresento o requerimento de dispensa da ouvida do senhor Carlos Eduardo Besen Nau.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Esse que seria o próximo...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O próximo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – ...a ser chamado.

Deputado Fabiano?

(*O Deputado Fabiano da Luz faz que sim com a cabeça.*)

Demais Deputados, Deputado Felipe Estevão?...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – De acordo, senhor Presidente. Eu acho que é louvável, inteligente do nosso Relator. Temos o depoimento dele, acredito que já temos as informações de que precisamos para continuar esse processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Tendo em vista que esse seria o quarto e último a ser ouvido, consulto os senhores Deputados se têm alguma coisa a mais a acrescentar? (*Pausa.*)

Nada mais havendo a tratar, encerro esta reunião, convocando uma nova para a próxima quinta-feira, às 10h. Um bom descanso a todos. (*Ata sem revisão dos oradores.*) [*Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi / Revisão: Bruna Maria Scalco / Leitura final: Almerinda Lemos Thomé e Siomara G. Videira*]

**DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA
PRESIDENTE DA CPI**

**PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 0003.1/2020
ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO GOVERNADOR
MENSAGEM Nº 486

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE,
SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do inciso II do *caput* do artigo 49 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhada de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa, a Proposta de Emenda à Constituição do Estado que "Altera a Constituição do Estado para instituir a Polícia Penal do Estado de Santa Catarina".

Florianópolis, 3 de agosto de 2020.

CARLOS MOISÉS DA SILVA
Governador do Estado

Lido no Expediente
Sessão de 05/08/20

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL
E SOCIOEDUCATIVA

Exposição de Motivos nº 005/2020

Florianópolis, 11 de maio de 2020

A Sua Excelência o Senhor

CARLOS MOISÉS DA SILVA
Governador do Estado

Excelentíssimo Governador,

Nos termos do art. 30 da Lei Complementar nº 741, de 12 de Junho de 2019 c/c art. 7º, inciso II, Decreto nº 2.382 de 2014, submete-se à análise de Vossa Excelência a presente proposta de emenda à Constituição, a qual altera o artigo 105 e acrescenta o artigo 106-B à Constituição Estadual para criar a Polícia Penal do Estado de Santa Catarina.

A proposta visa simetria com a Emenda Constitucional nº 104, de 04 de dezembro de 2019, a qual alterou o inciso XIV do *caput* do art. 21, o § 4º do art. 32 e o art. 144 da Constituição Federal, para criar as polícias penais federal, estaduais e distrital.

Nos termos da Portaria nº 862/GABS/SAP, publicada no DOE/SC nº 21.148, de 22/11/2019, foi criado Grupo de Trabalho "destinado a avaliar os impactos da aprovação da PEC 372/2017 no âmbito da Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa".

Com a participação de agentes penitenciários de carreira, além de integrantes da Associação dos Agentes Penitenciários e de Segurança Socioeducativos - AAPSS/SC, o Grupo realizou estudos técnicos acerca dos impactos da antiga PEC 372/2017, posteriormente convertida na EC nº 104/19. Foram realizados diversos encontros, inclusive no Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN, em Brasília, onde foram discutidos aspectos legislativos, políticos, administrativos e operacionais, inclusive com troca de expertise com os demais entes federados.

Como resultado dos trabalhos do Grupo, foi concebida a presente minuta de Emenda à Constituição do Estado, onde, por meio de análises técnicas, previu-se texto que melhor se adequa à realidade do sistema prisional catarinense.

Quanto ao conteúdo, a proposta guarda total correspondência ao texto da Constituição Federal, pois estabelece:

- competência da Polícia Penal para segurança dos estabelecimentos penais do Estado;
- vinculação ao órgão administrador do sistema penal;
- subordinação ao Governador do Estado;
- transformação dos atuais agentes penitenciários efetivos no cargo de policiais penais.

Cumprido salientar que os agentes penitenciários não eram catalogados como Polícia pelo fato de se dedicarem precipuamente à prevenção e apuração de ilícitos disciplinares (e não penais) cometidos pelos presos no interior dos estabelecimentos penais, permitindo o

respeito às normas de execução penal (artigos 41, parágrafo único, 54 e 71 da LEP). A Polícia Penal, que surge em sua substituição, persiste com essa atribuição, que agora é acrescida da segurança dos estabelecimentos penais.

Adicionalmente, a proposta ainda estabelece que Lei Estadual "disciplinará a organização, o funcionamento e o quadro de pessoal do órgão responsável pela direção da Polícia Penal", e que a "carreira de Policial Penal será estruturada e regulamentada através de Lei Estadual da Polícia Penal".

Até a edição das Leis Estaduais supramencionadas, previu-se, como regra de transição, que "as atribuições, deveres, direitos, vantagens e responsabilidades dos Policiais Penais obedecerão à Lei Complementar nº 675 de 03, de junho de 2016, vigente na data de publicação desta Emenda Constitucional", legislação esta que institui o Plano de Carreira e Vencimentos dos cargos de Agente Penitenciário e Agente de Segurança Socioeducativo.

Certo de que a presente Exposição de Motivos esclarece a urgência e necessidade de fato e de direito identificadas pelo subscritor, é que se submete a presente à apreciação de Vossa Excelência, requerendo seja dado regime de urgência à proposta de Emenda à Constituição a ser encaminhada à Assembleia Legislativa.

Respeitosamente,

LEANDRO ANTÔNIO SOARES LIMA

Secretário de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO Nº 0003.1/2020

Altera a Constituição do Estado para instituir a Polícia Penal do Estado de Santa Catarina.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, nos termos do art. 49, § 3º, da Constituição do Estado de Santa Catarina e do art. 61, inciso I, do Regimento Interno, promulga a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 105 da Constituição do Estado passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 105.....
.....
V - Polícia Penal.
....." (NR)

Art. 2º O Título V da Constituição do Estado passa a vigorar acrescido do Capítulo III-B, com a seguinte redação:

"TÍTULO V
DA SEGURANÇA PÚBLICA

.....
CAPÍTULO III-B
DA POLÍCIA PENAL

Art. 108-A. A Polícia Penal subordina-se ao Governador do Estado, cabendo-lhe a segurança dos estabelecimentos penais do Estado.

§ 1º Fica a Polícia Penal vinculada ao órgão administrador do sistema penal do Estado.

§ 2º A lei disporá sobre o ingresso, as garantias, a remuneração, a organização e a estruturação da carreira da Polícia Penal." (NR)

Art. 3º O cargo de provimento efetivo de Agente Penitenciário de que trata a Lei Complementar nº 675, de 3 de junho de 2016, fica transformado no cargo de Policial Penal, nos termos do art. 4º da Emenda à Constituição da República nº 104, de 4 de dezembro de 2019.

Parágrafo único. Até a entrada em vigor da lei da carreira dos Policiais Penais, suas atribuições, seus deveres, seus direitos e sua remuneração obedecerão ao disposto na Lei Complementar nº 675, de 2016.

Art. 4º O ingresso na carreira de Policial Penal se dará, exclusivamente, por meio de concurso público e por meio da transformação do cargo de que trata o art. 3º desta Emenda à Constituição do Estado, nos termos do art. 4º da Emenda à Constituição da República nº 104, de 2019.

Art. 5º Esta Emenda à Constituição do Estado entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

CARLOS MOISÉS DA SILVA
Governador do Estado

* * *